

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

AMANDA ALESSANDRA VALINKEVICIUS DOS SANTOS

REFLEXÕES SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE NA
FORMAÇÃO ACADÊMICA: SERVIÇO SOCIAL E
DIREITO

FLORIANÓPOLIS

2012/1

AMANDA ALESSANDRA VALINKEVICIUS DOS SANTOS

REFLEXÕES SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO ACADÊMICA: SERVIÇO SOCIAL E DIREITO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Doutora Maria Del Carmen
Cortizo

FLORIANÓPOLIS

2012

AMANDA ALESSANDRA VALINKEVICIUS DOS SANTOS

**REFLEXÕES SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO
ACADÊMICA: SERVIÇO SOCIAL E DIREITO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

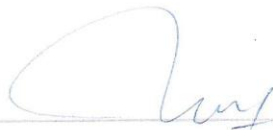
Florianópolis, 30 de julho de 2012.

AMANDA ALESSANDRA VALINKEVICIUS DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 30 de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dr.ª. Maria Del Carmen Cortizo
Professora do Departamento do Serviço Social – UFSC
Orientadora



Prof.ª. Mestre. Dilceane Carraro
Professora do Departamento do Serviço Social – UFSC
Primeira Examinadora



Prof.ª. Mestre. Kathiúça Bertollo
Professora do Departamento do Serviço Social – UFSC
Segunda Examinadora

Florianópolis
2012

Florianópolis

2012

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu Deus – justo, fiel, companheiro e Poderoso – por estar comigo todo tempo, por fazer-me perseverar na caminhada em meio a lutas e tribulações, por ser meu amigo, pois sustentou-me, encorajou-me e me deu vitória. Obrigada Deus-Pai pela experiência de concluir este curso e principalmente por me amar tanto assim. A Ele toda honra, glória, louvor e domínio para sempre.

Agradeço a minha mãe Sueli Lima da Silva por ter escolhido lutar por sua família e ter sido exemplo de mulher guerreira pra mim. Dedico a ti o esforço deste trabalho como forma de gratidão pelos sacrifícios que enfrentou para dar uma vida digna a mim e aos meus irmãos. Te amo mãe. Agradeço igualmente aos meus irmãos: Cassius Marcelos Valinkevicius e Jennifer Eveline Valinkevicius por terem sido instrumentos de Deus em conduzir-me ao caminho certo. Obrigada meus amados.

Quero agradecer imensamente a minha família Igreja de Florianópolis, pelas orações, instruções, dedicação. Nos dias difíceis e também nos momentos alegres, vocês fazerem parte da minha vida, obrigada pela vossa amizade.

Aos professores, colegas de faculdade pelo aprendizado, companheirismo, lutas e vitórias. Jamais esquecerei as experiências que vivemos juntos. Fica aqui meu carinho especial a Raquel Lopes. Todas as coisas cooperaram para o nosso bem. Valeu apenas amiga. Deus é fiel.

Agradeço pela dedicação, compreensão, ensinamento das supervisoras de campo de estágio Dilceane Carraro e Kátia Madeira. À minha orientadora Maria Del Carmem Cortizo por ter aceitado meu convite e principalmente pela paciência e calma que passou-me neste processo de conclusão de curso.

Obrigada à todos que de uma forma ou de outra (sejam com aqueles que convivi e ou aqueles que foram fonte de inspiração), fizeram parte desse processo de formação acadêmica, durante esses quatro anos e torceram por mim, o meu muito obrigado.

[...] Aqueles que não viajam para frente viajam em círculo, sem propósito, porque nada verdadeiramente muda até que a pessoa mude a sua mente.

Myles Munroe

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso presente é decorrente da experiência de estágio curricular obrigatório na área de Serviço Social no Escritório Modelo de Assistência Jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina nos semestres de 2011.2 e 2012.1. O objetivo deste é promover uma reflexão acerca das práticas profissionais inseridas no campo sócio jurídico, em especial nos escritórios modelos das Instituições de Ensino Superior de Santa Catarina, com intuito de trazer análise descritiva das ações desses, sobre um olhar crítico de intervenção interdisciplinar em torno dos projetos de atuação do Serviço Social com interlocução do curso de graduação em Direito, por meio dos serviços de assistência sócio jurídica gratuita. Bem como apresentar criticamente as reflexões que aparecem na produção acadêmica do departamento de Serviço Social e relevância do assunto tendo em vista a escassa produção teórica, embora se trate de importante espaço ocupacional dos assistentes sociais. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental de caráter quantitativo. A conclusão deste se constata na lacuna expressiva de publicações acerca da importância da prática interventiva voltada para interdisciplinaridade (em se tratando das produções teóricas do departamento do ano de 1993 a 2011) e por conseguinte a ausência de sua prática no campo sócio jurídico. Podendo comprometer o projeto de atuação institucional do Serviço Social que visa garantir e ampliar o acesso aos direitos sociais para além das demandas da área jurídica, contudo pode ficar comprometido por falta da prática interdisciplinar, onde se constatou que as ações são voltadas para multidisciplinaridade. Finalizamos com a importância de se garantir espaço de atuação no sistema sócio jurídico (em especial no EMAJ/UFSC, por se tratar de campo de estágio importante para o processo de formação acadêmico de Serviço Social) além de favorecer atendimento diferenciado aos usuários da política de assistência jurídica. Portanto devemos afirmar intervenção neste espaço, arraigados de todas as competências, atribuições específicas da categoria de Serviço Social, sobre o enfoque de viabilizar e favorecer para práticas interdisciplinares dentro da equipe multiprofissional do EMAJ/UFSC e demais espaço sócio ocupacional.

Palavra chave: formação acadêmica, Interdisciplinaridade, sócio jurídico.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AVANTIS - Faculdade Avantis

BU – Biblioteca Universitária

CBAS — Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CCJ — Centro de Ciências Jurídicas

CESBLU - Centro de Educação Superior de Blumenau

CF — Constituição Federal

CFESS — Conselho Federal de Serviço Social

CRESS — Conselho Regional de Serviço Social

CSE — Centro Sócio Econômico

DSS — Departamento de Serviço Social

EMA – Escritório Modelo de Advocacia

EMAJ — Escritório Modelo de Assistência Jurídica

EMAJ/UFSC- Escritório Modelo de Assistência Jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina

ESJ - Escritório Sócio Jurídico

ESUCRI - Escola Superior de Criciúma

FACC - Faculdade Concórdia

FACE – FCJ - Faculdade Cenecista de Joinville

FACISA – CELER - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas

FACULDADE UNIBAN - Faculdade União Bandeirante

FACVEST - Centro Universitário Facvest

FAE - Faculdade FAE Blumenau

FAMEBLU - Faculdade Metropolitana de Blumenau

FAMEG - Faculdade Metropolitana de Guaramirim

FASC - Faculdade de Santa Catarina

FCSF - Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis

FESSC - Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina

FGG - Faculdade Guilherme Guimbala

FIE - Faculdade Exponencial

FURB - Universidade Regional de Blumenau

IBES - Instituto Blumenauense de Ensino Superior

IES – Instituto de Ensino Superior

IESGF - Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis

IST - Instituto Superior Tupy

MEC – Ministério da Educação

NECAD — Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente, Idoso e Família

NPJ – Núcleo de Práticas Jurídicas

OAB — Ordem dos Advogados do Brasil

SC – Santa Catarina

SEI/ FAI - Faculdade de Itapiranga

SINERGIA - Faculdade Sinergia

UFSC — Universidade Federal de Santa Catarina

UNC - Universidade do Contestado

UNERJ - Centro Universitário de Jaraguá do Sul

UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense

UNIARP - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci

UNIBAVE - Centro Universitário Barriga Verde

UNIDAVI - Centro Universitário Para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

UNIFEBE - Centro Universitário de Brusque

UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense

UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina

UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí

UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville

UNOCHAPECÓ - Universidade Comunitária da Região de Chapecó

UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PROJETOS DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO A NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS OU ESCRITÓRIO MODELO	20
1.1 Interdisciplinaridade na Formação Acadêmica: Serviço Social e Direito	20
1.2 Os Cursos de Serviço Social e Direito em Santa Catarina	24
1.3 Os Projetos de Atuação do Serviço Social Junto à Núcleos de Práticas Jurídicas ou Escritório Modelo	32
1.3.1 Projeto EMAJ/UFSC	32
1.3.2 Projeto ESJ/FURB	33
1.3.3 Projeto ESJ/UNOCHAPECÓ	37
1.3.4 Projeto EMA/UNISUL	40
1.3.5 Síntese	44
2 OS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFSC	45
3. ALGUMAS REFLEXÕES	55
3.1 Sobre os Trabalhos de Conclusão de Curso	55
3.2 Sobre os Projetos do Serviço Social Junto à Núcleos de Práticas Jurídicas das Instituições de Ensino Superior – IES	57
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

INTRODUÇÃO

Através das normas estatais é possível manter a ordem, o equilíbrio social que está diretamente integrada a fatos e valores que envolvem uma unidade, consenso dentro de uma sociedade; porém, não se deve confundir a noção de direito com normas, pois as normas em si não garantem direito nenhum. As leis federais são instrumentos de acessar os direitos constituídos. Contudo a definição de direito é distinto de definição de justiça _nem, sempre elas estarão concomitantemente relacionadas_ vai depender da interpretação individual, da avaliação de cada profissional envolvido, das situações, etc. Ainda que as leis estejam baseadas na Constituição Federal, ocorre muitas vezes o juízo de valor (pré-conceito) na avaliação e, ou interpretação diante de cada processo e/ ou situação. Porém, o objetivo desse trabalho não é atribuir nenhum juízo de valor sobre a sentença/ julgamento/ avaliação de nenhum profissional ou categoria (entre o Direito e Serviço Social); mas para apontar distinção entre direito e justiça (ALAPANIAN, 2008).

Nessa sociedade constituída democrática tem como representante dos interesses dos sujeitos o Estado. A sociedade brasileira advém de num sistema capitalista que promove desigualdade social, divisão de classes, disputa de interesses entre o capital *versus* trabalho, que por sua vez gera pobreza, injustiça social, exclusão; e o que entendemos como direito _ garantido por leis federais (Constituição Federal 1988) é viabilizado através de lutas sociais de distintos autores sociais.

O direito está diretamente ligado ao poder. A revolução e, ou transformação social não advém do sistema jurídico, mas sim no campo das lutas/ conquistas políticas; assim tem sido ao longo das últimas décadas. Os governos _de forma geral_ sendo eles de características populista, nacionalista, desenvolvimentista, democrático e ditatorial (civil e militar) das décadas de 1930 a 1990 _ salvo as suas particularidades_ obtiveram um viés ambivalente. No período do governo vigente da década de 1980 foi adotado um enfoque à política econômica referida ao Consenso de Washington, onde teve uma duplicidade de características:

*Por um lado: a Constituição de 1988 ampliava direitos sociais e visava intervenção do Estado para a sociedade.

*Por outro lado: a política seguida pela lógica do acordo do Consenso de Washington priorizava estabilizar a economia política e para isso se devia aos cortes de direitos sociais _referentes aos gastos públicos que interferiam no crescimento da Nação _ (segundo a concepção do Estado/ FMI/ Mercado) era necessário cortar gastos públicos referido no campo da política de proteção da seguridade social (YAZBEK, 1996).

Nessa perspectiva, o autor (PEREIRA, 1999), refere-se ao governo/ Estado que vem se constituindo sobre o máximo para o capital e mínimo para o social, das políticas sociais. Sendo assim é possível constatar que a lógica do sistema capitalista é investir onde há lucro, no Mercado. Ou seja, o problema do acesso ao direito atualmente _como forma de justiça e igualdade social_ está inserido no contexto ideológico neoliberal que foi formado as leis, é um problema histórico estrutural da sociedade e seus governos no Brasil. O direito é o que _historicamente falando_ o que cada conflito é permitido ser; é um fenômeno não estável.

O direito foi constituído através das lutas (disputas) democráticas. De uma forma geral o direito é cumprido na sua cotidianidade através de normas, contratos, e muitas vezes não percebemos, pois é algo natural.

Na Constituição Federal (1988)¹ no artigo 5º é estabelecido que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, a segurança, e a propriedade” (BRASIL, CF, 1998).

Quanto ao direito a igualdade -seja ela material, social, de gênero, etc.- dentro dos direitos fundamentais constituídos deve ser assegurado igualmente a todos, de acessar sem nenhum tipo de seletividade o tripé da seguridade: da política de saúde, previdência e assistência social. Atualmente, os programas de governo incluem as pessoas que estão inseridas sobre condições de extrema miséria da sociedade (que estão sobre vulnerabilidade social/pobreza), mas sobre um critério de acessar um benefício excluindo outros cidadãos que também são pobres e não têm condições dignas de sobrevivência.

¹ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, TÍTULO II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo I Dos Direitos e Deveres individuais e coletivos, nos termos EC Nº 45/2004.

Quanto a questão da assistência jurídica esse é um direito garantido em lei, de todos os cidadãos brasileiros, que comprovarem, ao receberem o atendimento, de que não possuem condições de pagar um advogado e demais taxas de um processo judicial. A estes é garantida informação, consultoria e orientação decorrente do processo. Como previsto na lei 1060/50 o benefício da assistência jurídica gratuita não pode prejudicar o sustento próprio ou da família, é um direito que deve ser prestado pelo Estado através das Defensorias Públicas. No entanto o Santa Catarina não possui tal instituição o que necessita ser realizado pela Defensoria Dativa ou pelos Escritórios de práticas jurídicas (cuja assistência jurídica é prestada por advogados inscritos na OAB/SC, que por sorteio são nomeados para representar o usuário em uma determinada ação). Em virtude de tal situação os Escritórios Modelos de Assistência Jurídica (EMAJ) são extremamente importantes tendo em vista o grande contingente de pessoas buscando o serviço.

O EMAJ/UFSC atualmente possui alguns critérios para o acesso à assistência jurídica como: residir na localidade/região que se encontra um escritório do NPJ da Universidade e possuir renda de no máximo três salários mínimos. Na lei nº 1060/50, que estabelece normas para a concessão de assistência jurídica aos necessitados, não é informado se há um valor pré- estabelecido para que os usuários possam acessar esse direito, porém, os professores do Direito informam que existe uma normativa definida pela OAB/SC, que estabelece com pré-condições para acessar os serviços de assistência jurídica, uma renda familiar mensal de até três salários mínimos.

Em se tratando da história do Serviço Social no período da década de 1970 e 1980 a profissão teve um marco importante quando passava pelo processo de ruptura com o conservadorismo para assumir um caráter comprometido com projeto profissional crítico, em defesa de novos ideais, arraigado principalmente no marxismo é na ótica das lutas políticas e sociais frente à questão social e suas várias expressões que os assistentes sociais, ou seja, na perspectiva de tentar responder as demandas trazidas pelos usuários dos serviços que são disponibilizados aos escritórios modelos que se encontram também os assistentes sociais, integrando uma equipe multiprofissional (IAMAMOTO, 2009).

Na introdução do texto de (ALENCAR & GRANEMAN, 2009) são apontadas as novas determinações do trabalho profissional do Serviço Social, que dentre várias dificuldades são referentes (também) as precárias condições do trabalho profissional. As dificuldades que os assistentes sociais enfrentam diante das novas configurações do mundo do trabalho se acumulam com as demandas institucionais e dos usuários, estes apresentados através e por meio de metas/ objetivos do projeto de atuação do Serviço Social dentro da instituição. Contudo a categoria atenta para a defesa, garantia e ampliação dos direitos sociais no campo sócio jurídico, bem como os demais espaços sócio ocupacionais.

Por conta do processo dos avanços civilizatórios; dos povos/ agentes dominantes e os avanços da modernidade referentes à industrialização e tecnológicas- os excluídos, àqueles indivíduos que não fazem parte do exército de reserva, “não qualificado” para a mão de obra do trabalho, caracterizados como classe marginalizada- ficam cada vez mais excluídos às margens do restante da sociedade. Essas pessoas que não conseguiram mudar sua situação de pobreza são “culpabilizadas” pelo sistema, também são cobradas da sociedade pelo “seu fracasso” e, é por isso que a classe oprimida, marginalizada recebe a assistência como favor/ ajuda e não como direito, pois veio impregnada de ideologias neoliberais nesse conceito de direito social/ Assistência Social (SPOSATI, 1999).

Através dessa breve introdução acerca do tema geral e amplo sobre questão de direito e o trabalho do Serviço Social no campo sócio jurídico cabe esclarecer que esse estudo partiu de experiências de estágio no Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ/UFSC e do mesmo surgiu questionamentos acerca das práticas profissionais dos assistentes sociais em torno aos serviços de assistência jurídica gratuita das Instituições de Ensino Superior – IES do estado de Santa Catarina.

Para melhor compreender a atuação do Serviço Social foram elencadas duas questões norteadoras deste estudo:

Quais as reflexões do Serviço Social em torno aos serviços de assistência sócio jurídico gratuito das IES?

Quais são as reflexões apresentadas nas monografias do departamento de Serviço Social referente em torno dos serviços de assistência jurídica no EMAJ quanto as práticas interdisciplinares?

Com base nesses questionamentos, propomos como intenção de trabalho: apresentar criticamente as reflexões que aparecem na produção acadêmica dos Trabalhos de Conclusão de Curso do Departamento de Serviço Social da UFSC e nos projetos de atuação institucional em torno dos serviços de assistência sócio jurídico gratuito das IES de Santa Catarina sobre o enfoque das práticas interdisciplinares.

Definimos como objetivos específicos:

- Realizar um levantamento dos projetos de atuação institucional do Serviço Social referentes aos serviços de assistência sócio jurídico gratuito das IES do estado de SC;
- Realizar um levantamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso da UFSC que reflitam sobre os projetos de intervenção institucional em torno aos serviços de assistência sócio jurídico gratuito;
- Localizar os temas e conceitos chaves abordados nesse material;
- Localizar as perspectivas teóricas da produção;
- Analisar criticamente as perspectivas teóricas presentes no material coletado.

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como trajetória de construção por meio de pesquisa nos bancos de TCC do departamento de Serviço Social da UFSC e através de contatos com os serviços de assistência sócio jurídica das IES de SC. Dessa forma foi realizado um estudo bibliográfico acerca do campo sócio jurídico e temas afins, bem como leituras dos documentos de relatórios realizados pelos estagiários do EMAJ.

Levando em consideração a análise dos dados foi realizada a construção deste estudo sobre o método qualitativo, que segundo representação de Minayo (1994) através da reflexão da hipótese levantada e/ou pesquisada considera-se a totalidade do que foi apreendido para a sua relevância nas análises. O trabalho apresenta enfoque sobre

interdisciplinaridade com dois enfoques mencionados nos objetivos dos parágrafos acima.

Assim o trabalho está estruturado em três capítulos que se apresentam da seguinte forma.

No capítulo I, intitulado **PROJETOS DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO A NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS OU ESCRITÓRIO MODELO**, aborda a questão da interdisciplinaridade, na tentativa de compreender melhor às práticas profissionais dos assistentes sociais, os desafios, que enfrentam no espaço ocupacional denominado sócio jurídico, inseridos dentro das equipes multidisciplinares. O estudo se deu através de autores que tratavam do tema interdisciplinaridade no campo sócio jurídico com atuação do Serviço Social, constatou-se que o tema é bastante discutido, porém pouco produzido teoricamente, o presente capítulo tem a função de trazer a interlocução dos cursos de graduação em Serviço Social e Direito em torno aos serviços de assistência sócio jurídico gratuito das IES, para posterior a este promoveras reflexões do Serviço Social em torno dos mesmos, da relevância do assunto tendo em vista a escassa produção teórica.

Os autores que tratam do tema interdisciplinaridade fomentam a importância da prática interdisciplinar dentro dos espaços sócio ocupacional, ainda que a articulação e complementaridades dos conhecimentos específicos de cada profissão e disciplina não se apliquem no cotidiano da instituição. O enfoque acerca da interdisciplinaridade baseia-se na importância da produção teórica, para dar subsídio calcado na forma de consolidar os conhecimentos específicos de cada área, articulando entre a equipe multiprofissional para que de forma crítica e criativa possa interferir na realidade social.

No capítulo II, intitulado **OS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFSC**, segue presente a base de pesquisa dos trabalhos de conclusão de curso do departamento de Serviço Social da UFSC, a abordagem sobre as práticas profissionais enquanto processo de formação no EMAJ. O interesse da pesquisa ocorreu por se tratar de um espaço onde se deu o

processo de formação acadêmica da relatora². Portanto foi desenvolvido pesquisa através do banco de dados da Secretaria do Serviço Social, no espaço físico da biblioteca da UFSC e no sistema eletrônico cujo tema reflita sobre interdisciplinaridade no EMAJ, por fim apresentar criticamente as reflexões que aparecem nas monografias no Departamento de Serviço Social da UFSC. Assim foi apresentada a síntese das atividades desenvolvidas para a obtenção dos projetos das IES, resumo de cada projeto adquirido, contendo algumas particularidades e semelhanças das ações relacionadas ao tema, sobretudo dando ênfase nas ações de interdisciplinaridade que por sua vez se caracteriza de forma escassa, tanto no sentido das ações e produção teórica.

Contudo, o mesmo teve o intuito de promover aos leitores a reflexão acerca da importância da pesquisa, da produção teórica do assunto tendo em vista a escassa produção teórica, embora se trate de importante espaço ocupacional dos assistentes sociais.

No capítulo III, intitulado **ALGUMAS REFLEXÕES**, apresenta criticamente as reflexões que aparecem na produção acadêmica dos trabalhos de conclusão de curso do Serviço Social acerca da ausência de trabalho interdisciplinar. Também segue análise sobre os projetos de atuação institucional em torno aos serviços de assistência sócio jurídico gratuito das IES/SC sobre o aspecto da ausência do curso de Serviço Social, e, por conseguinte a falta de assistente social nas Instituições pesquisadas e a interlocução dos cursos de graduação em Serviço Social e Direito em torno das Instituições que apresentaram projeto de atuação institucional.

²A experiência de estágio no espaço do EMAJ, da relatora teve seu início em 15/08/2011 à 16/12/2011, com estágio obrigatório I. No ano 2012 com estágio obrigatório II o campo EMAJ teve uma realocação e reordenamento de suas atividades com a vinculação ao NECAD, de 12/03/2012 à 17/07/2012. Neste mesmo ano encerrou mais uma vez atuação do Serviço Social junto a equipe de Direito no EMAJ.

Nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS** decorre através das experiências e pesquisa do EMAJ/UFSC. Há de se concluir que por questões de conflito entre Direito e Serviço Social a interdisciplinaridade precisa ser muito mais debatida, quanto produzido teoricamente com vistas a proposta de transformação da realidade institucional. Para tanto, esse estudo se utiliza do processo investigativo, no que tange as pesquisas que são realizadas no meio acadêmico e enquanto campo de estágio para atingir os objetivos desejados (seja estes voltados para o processo de formação, sejam no âmbito das discussões críticas repensando propostas de intervenção profissional, quanto no âmbito de socializar informações), enfim, são inúmeros os benefícios das pesquisas, assim o intuito deste é promover reflexão acerca das práticas profissionais do Serviço Social no campo sócio jurídico, com destaque ao campo de estágio EMAJ/UFSC. Assim há de se pensar também que a categoria deve continuar se pautando no planejamento de suas ações, através do compromisso político.

1 PROJETOS DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO A NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS OU ESCRITÓRIO MODELO

O nosso interesse em abordar a questão da interdisciplinaridade condiz com a tentativa de compreender melhor às práticas profissionais dos assistentes sociais, os desafios, que enfrentam no espaço ocupacional denominado sócio jurídico, inseridos dentro das equipes multidisciplinares. É importante trazer para este estudo o que vem-se debatendo sobre esse tema, sendo ainda um assunto pouco explorado se faz necessário salientá-lo de forma a contribuir com seu desenvolvimento.

1.1 Interdisciplinaridade na Formação Acadêmica: Serviço Social e Direito

De acordo com Vasconcelos (1997) a palavra interdisciplinaridade está relacionada com o nível de colaboração e planejamento entre diversas disciplinas, porém não possui um conceito definido por tratar-se de um processo final em decorrência do movimento das práticas dos diversos conhecimentos/ciências que está sempre se renovando.

Existem diversos conceitos que se relacionam entre si: multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade auxiliar, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. (ELY, 2003).

Podemos analisar a palavra interdisciplinaridade da seguinte forma: o prefixo “inter” denomina uma postura de mutualidade (troca), a “disciplina” se trata de um conhecimento particular [...] “e o sufixo “dade”, refere a qualidade intrínseca a esta ação, o que resulta desta ação, como ela se caracteriza” (COSTA, 2010, p. 41).

A interdisciplinaridade promove entre os profissionais das equipes multiprofissionais a relação que estabelece formas de troca de conhecimento entre as diferentes disciplinas, com vistas a estratégias de ação diferentes, porém com objetivos

em comum. Já na multidisciplinaridade, acontece o inverso: cada disciplina colabora uma com a outra de forma isolada.

Das publicações do Serviço Social o tema é insuficientemente tratado como salienta Vasconcelos (1997), a discussão é recente e foi gerada para dar conta dos desafios contemporâneos. Na grande maioria das publicações são referenciados os autores: Severino (1989), Martins de Sá (1989), Marques (1986), Ramalho (1986), Sampaio (1989), Rossi (1989), Biajoni (1989), Colodo (1989), Tacco (1989), Savassi (1989).

Existem vertentes de pensamentos diferentes com quatro linhas de debate que segundo Ely apresentam-se da seguinte forma:

“[...] as bases filosóficas e epistemológicas da prática interdisciplinar para as ciências em geral e para as ciências sociais em particular; [...] a proposta de organização do ensino e pesquisa em Serviço Social em bases interdisciplinares, discutindo sua importância e suas formas de efetivação; [...] bases do pluralismo filosófico como exigência de uma abordagem democrática à práxis científica e profissional; [...] e o estudo das práticas interdisciplinares em campos específicos de atuação deste profissional [...]”. (2003, p.115,116).

Após a leitura dos autores acima citados, observou-se um ponto de concordância entre eles, os mesmos não tem interesse em apresentar de forma definitiva um conceito e, ou definição geral sobre o tema em debate, mas a necessidade que se faz presente na intervenção profissional é de compreendê-la com vistas à produção.

Ainda existem dúvidas “quanto ao método, ideal e adequado, para a prática interdisciplinar”, por isso é preciso avançar nas reflexões teóricas metodológicas acerca do tema. (ELY, 2003, p.114).

É necessário investir na produção teórica para se compreender a interdisciplinaridade para depois pensar estratégias de intervenção profissional voltadas para práticas interdisciplinares. Enquanto não se avança na produção teórica não poder-se-á compreender o que a interdisciplinaridade contribui de fato, pois falta o conceito,

método que está baseado somente na descrição da palavra interdisciplinada, assim como a descrição apresentada nos parágrafos acima.

Partimos do pressuposto que os conhecimentos específicos de cada área não devem sobrepujar sobre a outra, menos ainda se considerar fonte exclusiva e verdadeira de conhecimento, trabalhando de forma isolada e independente (como se fosse possível trabalhar em sociedade sem precisar da articulação dos saberes, dos serviços, das políticas públicas, das profissões, dos indivíduos, etc.), pois se assim ocorrer, os vários conhecimentos que ao longo do tempo fomos construindo não passarão de formas vazias e conhecimentos fragmentados, inaptos para a intervenção profissional, incapaz de articular-se com a prática interdisciplinar. A forma integrada da troca das disciplinas promove para a equipe multiprofissional o alcance dos objetivos em comum; “[...] no sentido de consolidar uma produção de conhecimento que lhe dá sustentação teórica e metodológica para intervir na realidade social de forma crítica e criativa” (BOURGUIGNON, 2007, p.47).

A produção teórica é importante não somente para a compreensão e aplicação da interdisciplinaridade ao campo do Social, mas também áreas que trabalham em equipes multiprofissionais. Trata-se de um meio de estratégia profissional frente aos desafios e conflitos existentes em cada espaço de trabalho; “[...] nesta interação e articulação entre as diversas áreas dos saber envolvidas, é preciso haver respeito á autonomia e a criatividade inerentes a cada uma destas áreas, para que não sejam influenciadas ou excluídas desse processo” (ELY, 2003, p.114).

Quando o Serviço Social brasileiro segue em seu currículo a matriz teórica metodológica da teoria crítica (dimensão ética-político) contra a lógica do sistema capitalista (que promove a fragmentação dos serviços públicos, a desigualdade no acesso a justiça, a seletividade no atendimento das políticas públicas) também propõem a interdisciplinaridade como interação entre as disciplinas. A interdisciplinaridade é uma atitude profissional que utiliza o saber de cada área do conhecimento para atingir os objetivos dos projetos de intervenção em prol dos interesses da população que acessa os direitos sociais. Assim a articulação entre os profissionais (sejam esses inseridos em órgãos públicos, privados, e, ou em qualquer âmbito) deve promover estratégias de ação profissional eficiente e eficaz que atinja os objetivos éticos propostos, Martins de Sá conclui que:

Se, de um lado, o Estado estabelece estrategicamente e de forma competente suas políticas educacionais, para atender aos interesses dominantes e se há contradição no processo, é preciso reconhecê-la e trabalhá-la também com competência e estratégias, o que passa a ser um dos atos políticos mais importantes e necessários ao processo educacional. (1989, p.15).

Na Universidade também temos como instrumento de trabalho interdisciplinar a extensão que favorece o diálogo entre universidade e comunidade, integrando assim outros conhecimentos para viabilizar o acesso a democracia, cidadania, justiça social por meio e através da conexão de saberes. (BRASIL.PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 1998: 15).

De acordo com as considerações até aqui realizadas, observa-se que nos espaços sócio ocupacionais onde estão presentes equipes multiprofissionais, estão sendo realizadas atividades/ ações voltadas à prática multidisciplinar e não à prática interdisciplinar, ou seja, as equipes exercem o trabalho de forma isolada, cada profissional com seus conhecimentos, articulando com os demais conhecimentos, mas sem haver interação, cooperação, troca entre eles, sendo assim, pode-se afirmar que as ações de intervenção profissional ficam fragmentadas e atingindo seus objetivos com muitas dificuldades, ou sem atingir os resultados almejados. Diante das nossas observações concluímos com as considerações finais de Martins de Sá (1989):

Diante dos desafios postos pela contraditória posição entre a racionalidade do sistema e a racionalidade de um projeto alternativo de sociedade, há um longo caminho a ser percorrido. É preciso avançar e até ousar. Isso, se não quisermos nos tornar presas sutis de um mecanismo ardiloso, que nos faz girar em torno de nós mesmos, levantando bandeiras de transformação. Dessa forma, não estaremos nada mais do que reproduzindo as estratégias da modernidade e a ela servindo, ou então, ensaiando críticas isoladas, que se justificam apenas pela contradição, que é inerente ao processo (1989, p.56).

1.2 Os Cursos de Serviço Social e Direito em Santa Catarina

O presente capítulo apresenta a interlocução dos cursos de graduação em Serviço Social e Direito em torno aos serviços de assistência sócio jurídica gratuita. Posteriormente tendo em vista a escassa produção teórica apresentaremos criticamente as reflexões que aparecem na produção acadêmica dos estudantes de graduação do curso de Serviço Social da UFSC e nos projetos de atuação institucional em torno aos serviços de assistência sócio jurídica gratuita da IES de Santa Catarina (UFSC, FURB, UNOCHAPECÓ, UNISUL).

Chamamos a atenção acerca da importância de mais pesquisa e produção teórica deste assunto tendo em vista a escassa produção teórica, embora se trate de importante espaço ocupacional dos assistentes sociais. Segue a síntese das atividades desenvolvidas nas IES, contendo algumas particularidades e semelhanças das ações relacionadas ao tema, sobretudo dando ênfase às ações de interdisciplinaridade.

A pesquisa trata da interlocução dos cursos de graduação em Serviço Social e Direito em torno aos serviços de assistência sócio jurídico gratuito. Através do site do Ministério da Educação foram visualizadas 37 Instituições, que constavam curso de Direito em Santa Catarina. Segue abaixo a lista:

- Centro de Educação Superior de Blumenau – CESBLU
- Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE
- Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE
- Centro Universitário de Jaraguá do Sul – UNERJ
- Centro Universitário Facvest – FACVEST
- Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI
- Centro Universitário Para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI
- Escola Superior de Criciúma - ESUCRI
- Faculdade Avantis – AVANTIS
- Faculdade Cenecista de Joinville – FACE – FCJ
- Faculdade Concórdia – FACC

- Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA – CELER
- Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis – FCSF
- Faculdade de Itapiranga – SEI/ FAI
- Faculdade de Santa Catarina – FASC
- Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina – FESSC
- Faculdade Exponencial – FIE
- Faculdade FAE Blumenau
- Faculdade Guilherme Guimbala – FGG
- Faculdade Metropolitana de Blumenau – FAMEBLU
- Faculdade Metropolitana de Guaramirim – FAMEG
- Faculdade Sinergia – SINERGIA
- Faculdade União Bandeirante – FACULDADE UNIBAN
- Instituto Blumenauense de Ensino Superior – IBES
- Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis – IESGF
- Instituto Superior Tupy – IST
- Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
- Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ
- Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE
- Universidade do Contestado – UNC
- Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC
- Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC
- Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC
- Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
- Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
- Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
- Universidade Regional de Blumenau – FURB

Cada link (constado no endereço eletrônico do MEC citado acima) dispõe de dados referentes há endereço, telefone, site, e-mail, município, entre outras informações. A partir desses, a comunicação à Instituição se deu via contato telefônico. O interesse do mesmo direcionava-se ao Centro de Ciências Jurídicas – CCJ e Núcleo de Práticas

Jurídicas – NPJ, com pratica multiprofissional cuja atuação do Serviço Social estivesse presente na equipe.

Três, entre as 37 Instituições, (FURB, UNOCHAPECÓ, UNISUL)³ possuem projetos de atuação institucional do Serviço Social no Escritório Sócio Jurídico – ESJ em torno aos serviços de assistência jurídica gratuita. Somente essas estabeleceram contato enviando os projetos durante o prazo pré-estabelecido⁴. Totalizando em quatro (contando com a UFSC) as IES/SC que integram assistentes sociais nos escritórios do NPJ junto às práticas profissionais do Direito, e dispõe de projeto. A Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC e Faculdade Concórdia – FACC contém o curso de Serviço Social, juntamente com a integração de profissional de assistente social na equipe do escritório sócio jurídico (NPJ), contudo, não dispõem de projeto desse profissional, somente objetivos voltados para o âmbito do Direito.

As demais Instituições não dispunham de curso de Serviço Social, e por sua vez também não integram assistente social em sua equipe.

Compreende-se que as Instituições que não integram ações articuladas com o Serviço Social (sejam com relação as disciplinas do curso enquanto processo de formação acadêmica, quanto profissionalmente) os atendimentos realizados pela equipe de Direito são voltados para sua área e demanda específica, são estes:

- Atendimento jurídico nas seguintes áreas: civil, trabalhista, previdenciário, incluindo serviços de mediação e, inclusive, a familiar, e juizado especial cível.
- As pessoas (também) são encaminhadas pela Prefeitura do município através da Secretaria do Bem Estar Social ou OAB.

³As duas primeiras Instituições mencionadas forneceram os projetos via e-mail, a terceira constava em seu site.

⁴O início do contato com as Instituições se deu no início do mês de abril de 2012 a princípio por contato telefônico, posterior a esse a equipe de Serviço Social EMAJ vinculado ao NECAD (Núcleo de Estudo da Criança e Adolescente) enviou por e-mail aos responsáveis pelo projeto de atuação institucional em torno aos serviços de assistência sócio jurídico gratuito das IES de SC, uma carta oficial. O prazo pré-estabelecido para entrega dos documentos solicitados seguia até o final do mês de abril.

- As pessoas são atendidas pelos alunos de Direito da 8ª e 9ª fase atribuindo o caráter do projeto pedagógico do curso e de formação profissional com aulas práticas simuladas e reais.

O público alvo das Instituições que apresentam esses atendimentos são voltados às pessoas carentes (que não tem condições de custear processo nem advogado), bem como a família, a maternidade, a infância, a adolescência, a velhice, pessoas com deficiência que façam parte da população em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco social pertencentes ao município. O foco de atendimento é a família.

O critério de acesso ao serviço de assistência jurídica gratuita utilizada é não possuir renda superior a dois salários, e apenas um bem móvel ou imóvel. A triagem (avaliação sócio econômico) é realizada por uma assistente social da Prefeitura e advogado da OAB e/ou Instituição e/ou Órgão (público, privado) que articula com profissional responsável, o assistente social; os serviços de assistência jurídica prestada se caracterizam pelo atendimento ao público com orientações jurídicas e elaborações de peças processuais e acompanhamento processual, também proporcionar atendimento a população de baixo ou inexistente de poder aquisitivo, nas áreas de Direito, possibilitando ao acesso de direitos voltados a área jurídica, de cidadania; possibilitar estágio supervisionado à alunos do curso de Direito, e assim possibilitando (também) através desta prática, a articulação do ensino, pesquisa e extensão.

Nessas Instituições não há projetos de atendimentos coletivos em comunidades ou outros espaços que trabalham a democratização do acesso à justiça, contudo existe uma proposta planejamento de projetos (que estão em fase de aprovação do colegiado do curso de Direito) onde os acadêmicos se deslocarão as comunidades carentes do Município de atendimento compartilhado com o curso de Psicologia, viabilizando informações necessárias quanto ao acesso aos serviços voltados a assistência jurídica gratuita dos escritórios do NPJ, articulando ações multiprofissionais entre Direito e Psicologia, promovendo Mediação familiar (de resolução de conflitos), estudo dos processos judiciais, com proposta de tutela diferenciada por meio de vias alternativas, como se constitui em modelo de justiça popular, participativa e democrática. Os dados são resultados do processo de estágio de quatro estudantes do curso de Serviço Social durante o primeiro semestre de 2012.

As demais Instituições que não dispõem de Serviço Social (em sua maioria) apresentavam características⁵, como:

- ✓ Tem como objetivo qualificar os alunos do Direito durante sua formação acadêmica, conciliando e proporcionando o acesso jurídico à população de baixa renda.
- ✓ Não há curso de Serviço Social no IES, nem assistente social na Instituição do NPJ⁶.
- ✓ Os atendimentos há comunidade são realizados pelos alunos e professores do curso de Direito, que se encontram no 9º e 10º período da disciplina correspondente; seguindo assim os objetivos acadêmicos previstos no projeto.
- ✓ Em alguns locais existe a proposta de projeto a ser planejado nos semestre seguinte (a partir de 2012/II) de atendimento compartilhado com o curso de Psicologia e/ou Serviço Social. Contudo, ainda pendente de análise e aprovação entre os envolvidos no NPJ.

Também se conclui que os serviços de assistência jurídica prestada pela NPJ (Instituições que não agregam em sua equipe multidisciplinar o curso de Serviço Social e um projeto específico da profissão) possuem atendimento ao público com orientações jurídicas e elaborações de peças processuais e acompanhamento processual; os encaminhamentos são advindos por meio da Prefeitura (através da Secretaria do Bem Estar Social ou OAB Subseção do município⁷); o público alvo de atendimento dos escritórios são pessoas vulneráveis economicamente e que não tem condições de custear processo nem advogado, o critério de acesso⁸ utilizado se baseia em não possuir renda superior a dois salários mínimos⁹, e apenas um bem móvel ou imóvel; e por fim, existem projetos que estão em fase de aprovação do colegiado (para semanas jurídicas)

⁵É importante esclarecer neste espaço que os dados partiram de resultados por meio de leitura dos sites das Instituições, articulando com as informações prestadas por essas via contato telefônico.

⁶Em suma este serviço é realizado pela prefeitura. As pessoas passam antes por um assistente social do município para depois ser encaminhadas pelo NPJ e assim serem atendidos em suas demandas jurídicas.

⁷O vínculo multiprofissional se dá através dos profissionais de fora da Instituição, Advogados e Assistentes Sociais da Prefeitura que fazem a triagem dos indivíduos que são encaminhados.

⁸O acesso a assistência jurídica gratuita ainda são os mesmos em todos NPJ, independentemente da inserção ou não de assistente social.

⁹É necessária a comprovação de renda de até três salários mínimos (atualmente no valor de R\$1.635,00).

onde os acadêmicos se deslocarão as comunidades carentes do Município para trabalhar a democratização do acesso à justiça.

A seguir descreveremos os projetos de atuação profissional do Serviço Social junto ao NPJ e/ou EMA/UNISUL, EMAJ/UFSC, ESJ (FURB, UNOCHAPECÓ) e as modalidades de atendimento e seus respectivos objetivos.

Como ponto de partida, o primeiro projeto de atuação institucional do Serviço Social (em torno aos serviços de assistência sócio jurídico gratuito das IES do estado de SC) a ser contextualizado será o campo de estágio em que a relatora fez parte nos semestres 2011/2 e 2012/1.

Os usuários atendidos pelo EMAJ devem ter como renda máxima três salários mínimos, e/ou estar em uma situação econômica que “não lhe permita pagar à custa do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.” (BRASIL, 1950). A inexistência de Defensoria Pública no estado de Santa Catarina aumenta a demanda pelo acesso à justiça por meio do EMAJ. Os usuários também devem residir na cidade de Florianópolis para serem atendidos pelo Escritório. A população que se encaixa nos critérios listados acima é atendida por estudantes e professores de Direito, e contam também com equipes dos cursos de Serviço Social e de Psicologia dentro da instituição. Essa descrição corresponde ao semestre 2011-2.

Os usuários que chegam ao EMAJ são atendidos em dias da semana específicos de acordo com o teor de sua demanda. A jornada semanal de trabalho do Escritório divide-se em três grandes áreas de atendimento: Trabalhista e Previdenciária; Cível e Penal; e Família.

Como espaço de prestação de assistência jurídica, o Escritório Modelo da UFSC situa-se no campo sócio jurídico. Para além dessa área de atuação, o trabalho cotidiano nessa instituição articula-se também com outras áreas como a Saúde, Educação, Assistência Social, etc. Essa articulação se dá pelos encaminhamentos à rede, feitos pela equipe de Serviço Social do Escritório.

A equipe do Serviço Social atende às manifestações da questão social, que se materializam nos usuários que buscam a assistência jurídica. A partir disso, o projeto do Serviço Social no EMAJ visa garantir e efetivar os direitos dos usuários que

procuram a instituição. Portanto, os assistentes sociais desse espaço não se restringem a garantir o acesso dos usuários aos serviços do EMAJ (acesso à justiça), mas sim garantir o acesso a outros direitos que lhes foram negados anteriormente.

No cotidiano profissional do EMAJ, os assistentes sociais atendem aos usuários que chegam à instituição, antes de serem atendidos pelas equipes do curso de Direito.

Nesse atendimento inicial, uma ficha de cadastro (relato da situação do usuário) é preenchida. Mais do que uma mera triagem administrativa burocrática, o Serviço Social realiza estudos socioeconômicos com vistas ao acesso dos usuários à assistência jurídica. Para que o estudo socioeconômico seja feito, o Serviço Social realiza entrevistas individuais. A entrevista com o usuário é também ponto de partida para que a equipe de Serviço Social possa orientar o mesmo sobre temas de ordem social e fazer encaminhamentos à Rede de Apoio se necessário. “São usuários do Serviço Social dentro da instituição, os sujeitos que ao buscar assistência jurídica gratuita, apresentam também outras demandas de cunho social” (SOUZA, 2009).

Nesse sentido, a entrevista caracteriza-se como importante instrumental utilizado pelo Serviço Social em seu cotidiano profissional para a possibilidade de atender os objetivos da equipe de Serviço Social do EMAJ. Segundo o Projeto Serviço Social no EMAJ de 2009, o primeiro objetivo da equipe consiste em: “Contribuir na viabilização do acesso à justiça e aos direitos sociais a partir das demandas dos usuários do EMAJ, tendo em vista fortalecer o processo de construção da cidadania.” Além disso, o Serviço Social desse espaço trabalha objetivando “qualificar o EMAJ como um espaço de articulação entre ensino, pesquisa e extensão do Serviço Social no campo sócio jurídico, contribuindo para uma formação qualificada e competente do ponto de vista teórico-metodológico e técnico-operativo.”

Uma das competências dos assistentes sociais é “realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.” (BRASIL, 1993). Além de realização de estudo socioeconômico, os profissionais de Serviço Social e estagiários do curso inseridos no EMAJ têm as seguintes atividades: atendimento individual ao usuário; orientações com relação aos direitos dos usuários; contatos informais para buscar informações para que esses direitos se efetivem;

encaminhamentos internos às equipes do curso de Direito; encaminhamentos externos à rede; análise de documentos apresentados pelos usuários; pesquisa, leitura e discussão do referencial teórico utilizado nos atendimentos e nos encaminhamentos às demandas apresentadas pelos usuários.

Não há um cronograma específico das atividades de estágio na instituição. Basicamente, a equipe de Serviço Social deve atender individualmente os usuários que chegam ao EMAJ, de segunda a quinta, de manhã e a tarde. Digitalizar e registrar os atendimentos, e encaminhar os usuários conforme necessidade.

Dentre os atendimentos, podemos destacar as seguintes situações: é recorrente que ao entrevistar o usuário que busca assistência jurídica, a equipe de Serviço Social identifique demandas por medicamentos. O usuário relata ao Serviço Social que faz uso de medicamentos de forma contínua e que esses medicamentos não são fornecidos pelo Sistema Único de Saúde. Com essa demanda identificada, orientamos o usuário que, além de obter assistência jurídica para o assunto que o trouxe ao EMAJ, abra uma ação de medicamentos. Já que o SUS tem como princípio a integralidade, e deve garantir aos usuários os medicamentos necessários, há como se pedir judicialmente que o SUS forneça os medicamentos em questão e garanta assim o direito à saúde. Também é demanda o BPC (Benefício de Prestação Continuada). O benefício é dado a idosos e deficientes, que tenham uma renda per capita de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, previsto na Política de Assistência Social. Como o critério de acesso é demasiadamente excludente, há possibilidade de recorrer juridicamente para receber o benefício.

1.3 Os Projetos de Atuação do Serviço Social Junto à Núcleos de Práticas Jurídicas ou Escritório Modelo

1.3.1 Projeto EMAJ/UFSC

Segundo o Projeto Serviço Social no EMAJ de 2009, o primeiro objetivo da equipe consiste em: “Contribuir na viabilização do acesso à justiça e aos direitos sociais a partir das demandas dos usuários do EMAJ, tendo em vista fortalecer o processo de construção da cidadania”. Além disso, o Serviço Social inserido neste espaço trabalha objetivando “qualificar o EMAJ como um espaço de articulação entre ensino, pesquisa e extensão do Serviço Social no campo sócio jurídico, contribuindo para uma formação qualificada e competente do ponto de vista teórico-metodológico e técnico-operativo.”

Portanto, a equipe de Serviço Social do EMAJ tinha como objetivo facilitar e orientar os usuários para que esses acessem seus direitos, além de realizar análises socioeconômicas para atendimento jurídico no EMAJ. Cabe destacar que a realização de estudo socioeconômico encontra-se na Lei que Regulamenta a Profissão de Serviço Social (Lei 8.662/93) enquanto competência dos assistentes sociais: “realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.” (BRASIL, 1993). Além dessa atribuição profissional, outras competências são usadas no trabalho no EMAJ, como: “encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população” e “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” (BRASIL, 1993).

De acordo com o “Projeto Serviço Social no EMAJ” (2009) os objetivos do Serviço Social no EMAJ são:

Objetivos gerais: Contribuir na viabilização do acesso à justiça e aos direitos sociais a partir das demandas dos usuários do EMAJ, tendo em vista fortalecer o processo de construção da cidadania; Qualificar o EMAJ como um espaço de articulação entre ensino, pesquisa e extensão do Serviço Social no campo sócio jurídico, contribuindo para uma formação qualificada e competente do ponto de vista teórico-metodológico e técnico-operativo (UFSC, DSS, 2009, p. 5).

Além disso, tem como:

Objetivos específicos: Proporcionar atendimento qualificado à população usuária do EMAJ na área do Serviço Social, articulando ações com o Direito; Realizar estudos socioeconômicos a fim de garantir o acesso à assistência jurídica do EMAJ por parte dos usuários; Disponibilizar informações para que os usuários do EMAJ tenham e/ou adquiram conhecimento e/ou clareza com relação aos seus direitos; Ampliar e aprofundar conhecimentos com o intuito de qualificar a intervenção e a formação profissional, a partir da sistematização da prática profissional no EMAJ; Realizar pesquisas que contribuam para a produção do conhecimento sobre o Serviço Social no campo sócio jurídico e temas afins; Constituir o EMAJ como campo de estágio em Serviço Social, proporcionando experiências concretas de exercício profissional (ibidem).

Dessa forma os profissionais e estagiários (equipe de Serviço Social) do EMAJ em seus atendimentos aos usuários buscam “garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários”, “democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional” e “esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional” (CFESS, 1993).

1.3.2 Projeto ESJ (Escritório Sócio Jurídico) FURB:

A atuação do Serviço Social no Núcleo de Prática Jurídica da FURB¹⁰ dá-se por meio de um programa de extensão do Departamento de Serviço Social, pois o Núcleo não dispõe de assistente social (efetivo) em sua equipe.

A experiência teve início em 1998 e desde então o programa tem sido aprovado sistematicamente nos editais de extensão da Universidade, lançados a cada dois anos.

¹⁰Foi disponibilizado como Projeto de atuação institucional do Serviço Social, relatórios de atividades (dados de 2011) pela Assistente Social Maria Salete da Silva. O NPJ tem como coordenadora do ESJ a professora Mestre Lenice Kelner.

Semestralmente enviam relatórios do programa à Divisão de Apoio à Extensão, os quais são submetidos à análise da Comissão de Avaliação de Programas de Extensão.

Desde o início das atividades¹¹ já tiveram, entre bolsistas e estagiárias, em torno de 40 estudantes, o que dá mais ou menos este número de Trabalhos de Conclusão de Curso. Alguns estão na Biblioteca em meio impresso e outros estão em meio digital (depende da nota que receberam e do ano em que foram aprovados). Os Trabalhos de Conclusão de Curso são disponibilizados através do recurso eletrônico (meio digital online), exceto os autores que não deram autorização para tal fim. Acumularam materiais (artigos e resumos) publicados em anais de eventos, como Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Fórum de Extensão da ACAFE, Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão da FURB (Revista Dynamis = online), entre outros.

O projeto e/ou relatórios faz parte do Programa Assistência Sócio jurídica da FURB e contém outros três projetos atuantes¹²: Atendimento Compartilhado; Informação e Orientação Sócio familiar. Todos estes se originou dos conflitos eminentes trazidas pelas famílias por meio das demandas no âmbito do judiciário para o escritório. Os conflitos mais comuns das pessoas que procuram o serviço e o acesso gratuito à justiça por meio desse escritório estão relacionados as situações na área da família, como separação conjugal, dissolução de união estável, solicitação de alimentos, regularização de guarda e de visita, entre outras ações, esses são público alvo dos projetos acima referidos, que pressupõe como finalidade socializar informações para o acesso pleno de direitos há toda população atendida no NPJ (Núcleo de Práticas Jurídicas).

A população atendida vive situação de vulnerabilidade social, tanto em face dos indicadores socioeconômicos quanto dos conflitos familiares e conjugais, da violência, do desconhecimento sobre seus direitos, assim o atendimento promove formas democráticas às informações, acerca dos direitos sociais, políticas sociais há todos os cidadãos por meio dos objetivos contidos neste projeto, juntamente articulado com as competências (artigo 4º) e atribuições (artigo 5º) da lei nº 8662/93 que regulamenta a

¹¹Dados fornecidos via e-mail pela Professora do Departamento de Serviço Social e assistente social, Dra. Maria Salete da Silva. Disponível através do e-mail: mssilva@furb.br.

¹²A responsável Dra. Maria Salete da Silva forneceu os três relatórios (de 2011) em questão por e-mail, na data de 29/03/2012 às 15h15min. A mesma intitula os relatórios como projeto.

profissão do Assistente Social, pautado no novo Código de Ética, expressando o projeto político da profissão, comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos. (CFESS, 1993)

Logo a seguir estaremos apresentando cada projeto (relatórios de atividades de 2011) do Projeto de atuação institucional do Serviço Social no ESJ/ FURB.

A) Projeto Informação

O Projeto Informação se constitui com o caráter preventivo (a violência e a violação de direitos desse seguimento), favorecendo as devidas informações e esclarecimentos acerca dos direitos sociais, civis e políticos. Sendo assim a equipe envolvida trabalha com ações sócias educativas com os usuários/ famílias e comunidade do NPJ, estimulando o desvelamento e a compreensão da realidade; dessa forma promovendo para a formação de um cidadão crítico que possa mudar sua condição de vida. Através da sala de espera do NPJ, são realizadas as divulgações utilizando de mural temático, folhetos informativos. Através das ações sócio educativos é possível visualizar os impactos (social e familiar) que são gerados, como veiculador de transformação da alienação social para a compreensão da realidade social e as expressões da questão social. (DA SILVA, 2011)

Portanto o Serviço Social exerce uma competência profissional de educadores e “veiculadores privilegiados de informação” (MARTINELLI 1998, p.141), para a ampliação da democracia visando o Cód. Ética da profissão, segundo os 11 princípios (CFESS, 1993).

Outro objetivo desse projeto é promover o intercâmbio entre a extensão e a formação em Serviço Social. Também são questões eminentes e prioritárias entre o Projeto Orientação sócio familiar e Atendimento Compartilhado, situações relativas aos direitos das crianças e dos adolescentes, tais como pensão alimentícia, guarda e regularização de visitas, conflitos familiares.

B) Projeto Atendimento Compartilhado

O atendimento consiste nas pessoas com questões relacionadas a separação conjugal, entre outras ações da área da família e que apresentam potencial para negociação e a proposição de soluções pelos próprios implicados, finalidade principal

do projeto. Remete a duas práticas: mediação de conflitos familiares e atuação em equipes. (CHUAIRI 2001). Neste caso uma autoridade constituída que lhes impõe a solução dos seus conflitos. Contudo o projeto tem o intuito de facilitar a comunicação direta entre os sujeitos, de modo a serem superados os conflitos, proporcionando um clima de confiança e respeito aos direitos mútuos, o público alvo das ações são as famílias.

Em outros casos, são encaminhados à Rede de serviços. O Projeto contribui para formação profissional contribuindo para o desenvolvimento de competências profissionais seja pelo tema jurídico e, ou equipes do Direito.

Aos acadêmicos de Serviço Social cabe fazer a acolhida, a interpretação do objetivo do atendimento, a socialização de informações sobre os serviços de políticas sociais, prestação de esclarecimento sobre os mais diversos dentro do âmbito familiar.

O Projeto se utiliza de um cadastro próprio: Cadastro do usuário do Serviço Social; os atendimentos são agendados, existe planejamento na execução das atividades proposto pelo projeto. As ações do mesmo são voltadas para a articulação entre ensino e extensão que visa atender as exigências do currículo do estágio obrigatório, do Projeto em questão, dá-se foco também a produção, experiência científica, através de seminários entre os bolsistas e estagiários (Serviço Social, Direito) envolvidos no Projeto, fazendo interação entre o ensino e a pesquisa.

C) Projeto Orientação Sócio Familiar

Tem como finalidade prestar atendimento principalmente as famílias, no sentido de suprir as suas necessidades e da população usuária dos serviços do NPJ (Núcleo de Práticas Jurídicas), mas para além das demandas jurídicas.

A necessidade de atender as famílias decorre da deficiência estrutural do Estado (do sistema capitalista vigente) que em seu bojo promove desigualdades sociais, exploração do trabalhador, pobreza, entre outras expressões da questão social. O mesmo sistema reproduz essas manifestações, pois é voltado para as necessidades do capital, do mercado, da lucratividade, enquanto as políticas sociais são reduzidas para poupar gastos (investimento público) para o público; porquanto a lógica é cortar gastos na ordem social e ampliar o capital e seus investidores (capitalistas).

Por consequência da lógica capitalista às famílias ficam à mercê do sistema de reprodução de desigualdades sociais, e sujeitos à própria sorte. Essa contradição pode ser observada através da legislação, que tem na sua Constituição a família como base da sociedade, o que ocorre de fato é uma pauperização e precária condição de vida das famílias. Percebe-se que esta se encontra inserida em uma sociedade capitalista injusta e desigual, “que subordina às necessidades do capital parcelas consideráveis da população, impedindo-as de situa-se como iguais nas sociedades divididas em classes” (PEREIRA,2004, p.52).

O projeto aqui referido se mostrou bem organizado, pois apresentou não somente os objetivos, mas também os meios utilizados para chegar aos fins da proposta de intervenção do Serviço Social. O mesmo sistematizou as atividades de forma clara, apresentando um relatório anual de 2011, atendendo os requisitos dos objetivos de facilitar, ampliar o acesso gratuito à justiça dos sujeitos (pessoas de baixa renda e seus familiares) residentes de Blumenau. De acordo com o “Projeto Relatório de atividades do núcleo de práticas jurídicas” (2011) os objetivos do Serviço Social no ESJ são:

- a) Prestar orientação social aos usuários do NPJ e familiares com vistas à redefinição e superação dos conflitos familiares.
- b) Prestar orientação aos usuários do NPJ e familiares sobre direitos sociais e os meios para o seu atendimento e defesa.
- c) Encaminhar providências visando à inclusão social dos usuários do NPJ e familiares na rede de serviços de políticas públicas.
- d) Promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão (FURB, DSS/CCJ, 2011, p.22).

Observa-se que o mesmo teve começo, meio e fim, atendendo as finalidades de um planejamento social, bem como comprometimento com a garantia do acesso aos serviços prestados pelo escritório ao usuário.

1.3.3 Projeto ESJ (Escritório Sócio Jurídico) UNOCHAPECÓ:

O projeto se intitula como: Centro de Atendimento à Comunidade: Escritório Sócio Jurídico e Serviço Sócio Assistencial se constituem como projeto permanente de extensão e tem como participantes/ atuantes os cursos Direito e Serviço Social (áreas

das Ciências humanas e jurídicas), representada como diretoria de extensão o serviço sócio assistencial do projeto referido à coordenadora/ assistente social Rita de Cássia Brustolin Pasa¹³.

O presente projeto (Escritório Sócio jurídico) foi criado em 1992, permanente, de extensão universitária em substituição ao Escritório Modelo de Advocacia (constituído em 1988) que tinha (na época) finalidades para o campo de estágio dos alunos de Direito, prestando assistência jurídica gratuita a população pobre.

A partir das necessidades da população foi percebendo a importância de ampliar a área de conhecimento implementando o curso de Psicologia (integrando com o projeto em 1999) e Serviço Social (integrando com o projeto em 1989), promovendo no Escritório Sócio Jurídico um trabalho de atendimento interdisciplinar (psico-sócio-jurídico), desenvolvidos pelos alunos de Direito, Psicologia, Serviço Social que teve duração entre 2005 à 2008. Atualmente (2012) a psicologia não integra mais com o escritório, mas quanto diagnosticado a necessidade de acompanhamento nesta área de conhecimento a equipe que ainda integra esse escritório presta os devidos encaminhamentos (ao Serviço Escola Psicologia que integra o Núcleo de Direitos Humanos e Justiça e desenvolve atendimento gratuito a comunidade carente), também é um projeto de extensão da UNOCHAPECO, o mesmo tem garantido o acesso a cidadania e a justiça por meio de relatório anuais que facilitam visualizar de forma quantitativa os atendimentos prestados a população pobre. Para acompanhamento dos dados e atividades prestados pelo escritório, os relatórios são remetidos a Reitoria de Pesquisa e Extensão da UNOCHAPECO.

O local de desenvolvimento das atividades é no centro de atendimento à comunidade (escritório sócio jurídico) de Chapecó e Xaxim. O público alvo se caracteriza a família, a maternidade, a infância, a adolescência, a velhice, pessoas com deficiência que façam parte da população em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco social pertencentes as comarcas de Chapecó e Xaxim. Com prioridade na área da Assistência Social, em secundária os direitos humanos.

Devido o descomprometimento do Estado na oferta da defensoria pública o ESJ passou a ser, efetivamente, o local onde a população pobre encontra amparo para

¹³Coordenador (a) do Projeto: Rita de Cássia Brustolin Pasa viabilizou o projeto pelo e-mail:

resolver seus problemas nas áreas social, psicológica e ter acesso a justiça. O presente projeto mantém articulação com instituições como Conselho Tutelar, Fórum de Justiça, Regionais de Assistência Social (da prefeitura municipal), Prefeituras, INSS, dentre outras.

Conforme os dados fornecidos pela coordenadora/ assistente social Pasa do “Projeto Permanente de Extensão: Escritório Sócio Jurídico Serviço Sócio Assistencial” (2011) os objetivos gerais do Escritório Sócio Jurídico UNOCHAPECÓ são:

1. Proporcionar o adequado atendimento a população de baixo ou inexistente poder aquisitivo, nas áreas de Serviço Social e Direito, possibilitando a ampliação do acesso à direitos de cidadania;
2. Possibilitar estágio supervisionado à alunos do curso de Direito e Serviço Social, a partir do atendimento à comunidade, possibilitando através desta prática, a articulação do ensino, pesquisa e extensão (UNOCHAPECÓ, DSS/CCJ, 2011, p.8).

E os objetivos específicos se configuram em:

1. Desenvolver a unidade de ação/reflexão nas áreas jurídica, sociais e afins, operacionalizando a prática da interdisciplinaridade.
2. Viabilizar aos acadêmicos experiências de exercício profissional, contribuindo para uma formação qualificada e competente do ponto de vista teórico, metodológico, técnico e político.
3. Incrementar a realização de projetos de pesquisa em temas afins ao Escritório Sócio Jurídico como forma de produzir conhecimentos que instrumentalize a prática do ensino e a extensão.
4. Interpretar as atividades desenvolvidas no Escritório Sócio Jurídico, socializando os conhecimentos produzidos junto a comunidade.
5. Possibilitar atendimento a população de baixo poder aquisitivo na áreas de Serviço Social e Direito, permitindo o acesso à direitos.
6. Proporcionar atendimento interdisciplinar aos usuários do Escritório Sócio Jurídico.
7. Proporcionar aos usuários do Escritório Sócio Jurídico entrevista de acolhida, direcionando-o a área competente (ibidem).

A metodologia do projeto baseou-se na troca entre intervenção/extensão, com base no referencial teórico que pudesse garantir a ampliação do acesso à cidadania, através das categorias:interdisciplinaridade, família, acesso à justiça e seguridade social. Um dos desafios apontado pela coordenadora/ assistente social Pasa (2011) apontados no projeto em questão, se coloca no momento em que se percebe a necessidade de adotar novas posturas nas relações acadêmicas, pois o caminho que se propõem é o da complementaridade, da integração, e da comunicação e interlocução. Sendo assim, o trabalho interdisciplinar deve estar associado a uma metodologia interdisciplinar, onde é necessário haver consciência e vontade entre os envolvidos no projeto. A partir dessa compreensão a planejamento das ações multiprofissionais seguiram conforme o projeto propôs.

1.3.4 Projeto EMA (Escritório Modelo de Advocacia) UNISUL:

O presente projeto foi criado em 1990, é considerada Unidade Judiciária de Cooperação do Foro da Unisul, tem como responsabilidade assegurar agilidade na prestação jurisdicional; também apresenta função acadêmica (com aprendizado prático dos estudantes de Direito) e função social, com prestação de serviço de assessoria jurídica gratuita a população carente residente das Comarcas envolvidas (Tubarão, Araranguá) e Unidades jurídicas em que a UNISUL atua, ou seja, sua função é proporcionar oportunidade de estágio jurídico obrigatório para os acadêmicos do Curso de Direito; prestar serviços de natureza jurídica a comunidade comprovadamente carente. Seu público alvo consiste em jovens e adultos, com renda mensal familiar de até três salários mínimos (respeitados os critérios)¹⁴ e residir nos municípios de Tubarão ou Pedras grandes, que abrangem a comarca de Tubarão/SC. Atuam nas áreas da família, criminal e civil. Como suporte de trabalho o EMA implementou outros projetos vinculados a sua atividade, visando assegurar o atendimento interdisciplinar, esse se intitula Centro interdisciplinar de mediação.

A participação do Serviço Social se concentra na Casa da Cidadania, onde o mesmo exerce atividades de estágio, juntamente com os cursos de Direito e Psicologia em Tubarão. Nasceu via projeto do Juiz de Direito Lédio Rosa de Andrade, pelo Fórum

¹⁴Não possuir amplo patrimônio, ainda que sob litígio (critérios estabelecidos pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB), e respeitando a Lei Nº 1.060, de 06 de fevereiro de 1950.

da Comarca de Tubarão, em 1997 fez convênio entre o TJSC, Ministério Público, OAB/SC, Município de Tubarão e UNISUL. Em 1999 passa funcionar em outros diversos serviços, tais como: Unidade Judiciária de Cooperação do Foro da UNISUL, Escritório Modelo de Advocacia da UNISUL, PROCON, Conselho Tutelar, entre outros. A partir de 2003 estende-se ao Juizado Especial Criminal que passou a funcionar na Casa da Cidadania em cartório unificado com o Foro da UNISUL.

A instalação dos serviços do Juizado de Conciliação e Mediação na Casa da Cidadania, firmou convênio em 2001 com TJSC e UNISUL, no ano de 2006 funciona na Casa da Cidadania também o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, instituído de forma pioneira nas comarcas de Florianópolis, Chapecó e Tubarão. Neste mesmo espaço, a equipe multidisciplinar trabalha em favor dos menos favorecidos garantindo o acesso e a qualidade no atendimento quanto aos direitos humanos. Através do Centro de atendimento a mulher vítima de violência, prestam atendimento articulado com Serviço Social, Direito e Psicologia viabilizando assistência adequadas à vítima e tratamento ao agressor. Essa ação tem parceria com Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. (BALANÇO SOCIAL, 2010, UNISUL)¹⁵.

Na Casa da Cidadania encontra-se funcionando desde 2001, em Tubarão (que abrange também o município de Pedras Grandes), o Centro Interdisciplinar de Mediação (CIM), onde tem como principal objetivo analisar os conflitos no âmbito familiar e mediar os mesmos, por meio de trabalho multidisciplinar (Direito, Psicologia, Serviço Social) que contribuam para a pacificação dos conflitos, esclarecendo sobre os direitos dos envolvidos, fortalecendo-os e avaliando os casos, propondo o resgate da comunicação entre os envolvidos; o maior articulador dessa demanda vincula-se a Psicologia, porém as demais áreas sociais exercem papel importantíssimo nas demais atribuições privativas de cada profissão, nesse sentido o Direito e Serviço Social. Seu funcionamento é uma vez por semana no período vespertino, segundo os dados constados no site.

Ainda segundo a pesquisa realizada no site da UNISUL, são apresentados dados que indicam o Centro referido acima, com o maior índice de conciliação de Santa

¹⁵Disponível pelo site: D:\UNIVERSIDADES DE SC PESQUISA\UNISUL TUBARÃO\casa-da-cidadania- UNISUL.html, acesso em: 27/03/2012, às 12h55min.

Catarina, desde o ano de 2007. Esse trabalho foi objeto de apreciação e recomendação pelo coordenador da Secretaria do Conselho Gestor Alcebir dal Pizzol e pela gerente do Projeto Mediação Familiar do Tribunal de Justiça de Santa Catarina Flávia de Novaes Costa. O projeto tem apresentado resultados favoráveis, principalmente no que diz respeito à parceria do Serviço Social na Casa da Cidadania, que exerce importante influência para o escritório na triagem socioeconômico aos sujeitos da região e ainda encaminhamento necessário para além da assistência jurídica.

Por meio de práticas de humanização e transparência, com exercício da participação, da solidariedade, da cooperação, da integração, e da responsabilidade em respeito à dignidade da pessoa humana, o CIM também tem comprometimento com o processo educativo dos alunos da UNISUL, preparando-os para o mercado de trabalho e enquanto responsabilidade social, a vida. O Serviço Social na Casa da Cidadania de Tubarão/SC tem suas ações voltadas à operacionalização no setor de triagem¹⁶, que visa avaliar a situação socioeconômica dos candidatos ao benefício, o assistente social neste local presta as devidas orientações aos usuários sobre os serviços disponibilizados acerca da assistência jurídica gratuita. Esse serviço de triagem unificada tem atendimento todos os dias da semana (2^a a 6^a) nos períodos matutino e vespertino, com a atuação da responsável assistente social Viviane José¹⁷.

Os serviços são realizados no plantão sócio jurídico com intermédio do Direito. O papel do Serviço Social está voltado para a chamada Triagem Unificada, que se propõe em garantir o acesso a justiça por meio da acolhida social. Dentre os encaminhamentos de ordem jurídica e/ou para o Direito, o Serviço Social realiza os encaminhamentos (sempre que necessário), à Rede de Apoio e aos demais órgãos de defesa da cidadania do município. Contudo, o assistente social exerce função de gerenciador dando suporte aos processos judiciais em trâmite no foro da Unisul. Desta forma o assistente social faz os acompanhamentos aos cidadãos e os seus processos nos órgãos encaminhados, também realiza visitas domiciliares e estudos sociais. Esses serviços também dão suporte para a realização de pesquisa científica, propõe projetos neste âmbito, pois apresentam controle em seus atendimentos.

¹⁶Nomenclatura usada pelo Direito. Estudo socioeconômico seria o nome adequado para o Serviço Social.

¹⁷Contato disponível via e-mail: Viviane.jose@unisul.br, pelo telefone: (48) 3621-3939 e através do NPJ (Núcleo de Prática Jurídica) pelo telefone: (48) 3621-3930.

Conforme apontado pelo site da UNISUL¹⁸, os objetivos gerais consistem em:

Garantir a população, que não dispõe de recursos financeiros suficientes para patrocinar ações jurídicas, ter assegurado o acesso gratuito à justiça, pelo encaminhamento ao:

- a) benefício da Assistência Judiciária Gratuita, assegurado por intermédio do convênio firmado pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) com Estado de Santa Catarina e Poder Judiciário, responsáveis pela remuneração dos advogados nomeados;
- b) atendimento jurídico prestado pelo EMA (Escritório Modelo de Advocacia), fruto do Convênio da Universidade do Sul de Santa Catarina, Poder Judiciário, OAB e Ministério Público, que realiza a prestação dos serviços jurídicos por intermédio de advogados – professores orientadores - e estagiários das últimas fases do Curso de Direito (UNISUL, 2012).

E ainda os objetivos específicos são:

- Realizar avaliação socioeconômico do candidato para adequar as suas necessidades aos critérios estabelecidos pelo programa.
- Definir o perfil socioeconômico do usuário, que procura pelo serviço de triagem.
- Identificar as situações apresentadas, direcionando-as ao atendimento efetivo, para resolução do problema.
- Desenvolver através da triagem, dinâmica de atendimento interdisciplinar entre os cursos de Serviço Social, Direito e também de Psicologia.
- Oportunizar os estagiários de ambos os cursos, a vivenciar na prática, os conhecimentos adquiridos em sala de aula. (ibidem).

Assim, o EMA se insere como um dos projetos de resolução de conflitos, com proposta de tutela diferenciada por meio de vias alternativas, como a mediação. Pelos dados pesquisados, o EMA constitui-se em modelo de justiça popular, participativa e democrática.

¹⁸Disponível pelo site: www.unisul.br, acesso em 27/03/2012, às 13h00min.

1.3.5 Síntese

Em grande parte dos projetos foram apresentados em seu corpo estrutural bom planejamento e metodologia de trabalho, promovendo ações que viabilizava o comprometimento com o usuário para o acesso a justiça, cidadania, serviços públicos, assistência jurídica gratuita. Foi encontrada também a possível prevenção de situações de violência entre os sujeitos e/ou família carente que utiliza do escritório jurídico, através de propostas de intervenção por meio de outros projetos, articulando com as demandas da área do Direito, promovendo um maior atendimento para as demandas do Serviço Social.

Por outro lado, somente um projeto foi constatado em seu corpo de metodologia de trabalho, enquanto projeto de atuação institucional do Serviço Social a temática interdisciplinaridade. O mesmo apresenta no documento fornecido pela (UNOCHAPECÓ, 2011) que:

O grande desafio da Educação é evoluir para uma abordagem multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, para pensar o conhecimento como um sistema interdependente, organizado numa totalidade histórica e geográfica, possibilitando ao acadêmico o conhecer e o ser, ao invés do fragmentar e do alienar (p.9)

2 OS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFSC

Partindo do pressuposto que o assunto campo sócio jurídico¹⁹ ainda possui produção teórica escassa, principalmente no que diz respeito ao assunto interdisciplinaridade e que caminha com larga distância no sentido das discussões para a produção teórica dos mesmos (assim como consta no capítulo I); segue presente nesse a base de pesquisa dos trabalhos de conclusão de curso do departamento de Serviço Social/ UFSC, a abordagem sobre esses, cujas práticas profissionais (enquanto processo de formação) se deem no EMAJ, por se tratar de um espaço onde se deu o processo de formação acadêmica da relatora²⁰. Portanto foi desenvolvido pesquisa (levantamento de dados) no espaço físico da biblioteca da UFSC e em sistema eletrônico sobre o tema que reflita sobre interdisciplinaridade no EMAJ. Para maior confiabilidade dos dados, a relatora também buscou informações junta ao departamento de Serviço Social para obter todas as relações de trabalhos que se tratasse do tema sócio jurídico²¹. A seguir segue o procedimento metodológico.

A busca pelos dados iniciou num contato direto e pessoalmente à biblioteca²². O espaço disponibilizava de treze monografias sobre o tema geral espaço sócio jurídico, dentre esses cinco continham experiências de estágio no EMAJ/UFSC²³.

¹⁹Diz respeito ao conjunto de áreas em que o Serviço Social articula-se a ações de natureza jurídica como: o sistema judiciário, o sistema penitenciário, sistema de segurança, sistemas de proteção e acolhimento (ex: Casa Lar), conselhos de direitos, sistema de medida de internação, dentre outros. Ver publicações de Fávero (2005).

²⁰A experiência de estágio no espaço do EMAJ, da relatora teve seu início em 15/08/2011 à 16/12/2011, com estágio obrigatório I. No ano 2012 com estágio obrigatório II o campo EMAJ teve uma realocação e reordenamento de suas atividades com a vinculação ao NECAD, de 12/03/2012 à 17/07/2012. Neste mesmo ano encerrou mais uma vez atuação do Serviço Social junto a equipe de Direito no EMAJ.

²¹A partir da lista das monografias do DSS fornecidos pela Secretaria do Departamento de Serviço Social foi possível testificar com os documentos (monografias) encontrados (ou não) na sala de aquisição da BU.

²²Os Trabalhos de Conclusão de Curso do Departamento de Serviço Social (anterior a 2003) estão localizados no setor/sala de serviço de aquisição, no piso térreo da BU. Não é possível a retirada dos trabalhos impressos, pois só existem esses e os mesmos ainda não foram digitalizados, ou seja, não constam em recurso eletrônico (via consulta ao acervo pergamum, sistema on-line da biblioteca da UFSC). Não há autorização nem mesmo para tirar xérox. Por fim a relatora obteve êxito em conseguir autorização em scanner partes dos trabalhos que fossem necessárias; a mesma solicitou as conclusões dos trabalhos, já que no período anterior à data referida acima não exigiam ABNT, e por isso não continham resumos nos trabalhos. Disponibilizado em 16 de abril de 2012.

²³Foram extraviados os trabalhos (monografias) dos autores: Viviane Lima Andrade, Patrícia Ávila Baggio, Adriana Aparecida Polmann, Daniella G.C; segundo o que conta no livro de registro do local (sala de aquisição, BU). Muitas monografias estão sendo ainda digitalizadas e por isso não estarão todas contempladas neste espaço de trabalho. Esses se dispõem em cd partir do ano 2010/2, porém o trabalho de

A partir deste ponto estarei expondo de forma pontual as monografias somente aquelas encontradas no espaço físico da BU, de forma que o leitor possa visualizar melhor os documentos, já que os mesmos não são disponibilizados com facilidade (acesso quase que inacessível). Contudo, na documentação encontrada no recurso eletrônico não estará descrito dessa forma, por se tratar de acesso fácil, disponibilizado no site da biblioteca da UFSC.

As monografias encontradas foram dos anos (1994 à 1998). Primeiramente serão mencionados os trabalhos referentes ao EMAJ e logo em seguida sobre o tema geral, espaço sócio jurídico:

- (1994/2) "S.S e direito no EMAJ da UFSC _ A busca de uma prática pluralista". Rita de Cássia Faversani Furtado. orientadora: Marly Venzon Tristão. foco do estudo: construção da cidadania, conscientização ao individuo.
- (1995/1) "O S.S no EMAJ _ uma alternativa preventiva na construção da cidadania". Maria Aparecida Casagrande. orientadora: Geney Takashima. foco do estudo: construção da cidadania, articulação política dos sujeitos.
- (1995/2) "Desmistificando o adultério: uma experiência do S.S no EMAJ". Rita de Cássia Assunção. orientadora: Marly Venzon Tristão.
- (1995/1) "A teoria das representações sociais como instrumento p/ análise da separação conjugal: um estudo no EMAJ". Cleomara Santana Carraro. orientadora: Regina C.T. Miotto.
- (1995/1) "A trajetória da família na sociedade: uma leitura da família idealizada coletivamente e da família encontrada na cotidiano do EMAJ". Ivanete Bampi. orientadora: Marly V. Tristão.
- (1996/2) "Os processos de guarda no EMAJ/UFSC _ um reflexo da crise familiar". Nilmara Lopes. orientadora: Regina C.T.Miotto. foco do estudo: questões de família, serviços prestados a família, espaço para construção teórico-metodológico do S.S.

- (1998/1) "A voz da criança/ adolescente no processo de separação no EMAJ". Vanita Weiss. orientadora: Marly V. Tristão. foco do estudo: contextualização da família
- (1998/2) "Família e crises: uma experiência do S.S no EMAJ". Silvia Vieira. orientadora: Marly V. Tristão. foco do estudo: conceito de família e enfrentamento dos problemas

Tema geral, espaço/ campo sócio jurídico:

- (1995/2) "As novas agregações familiares: uma realidade vivenciada no S.S do Fórum de FPolis". Iara dos Passos Rodrigues. orientadora: Marly V. Tristão.
- (1997/1) "O exercício da prática profissional _ dilemas e perspectivas do S.S na área jurídica". Denise Costenaro e Viviane Vogel. orientadora: Regina C.T.Mioto
- (1998/2) "Mediação familiar: uma prática do S.S das varas da família do Fórum da Comarca da FPolis". Valeria do Carmo. orientadora: Marly V.Tristão.
- (1999/1) "S.S e processo de trabalho nas Varas da família do Fórum de FPolis". Andrea Bento. orientadora: Edaléia R. da Silva.

O foco do estudo abordado nos trabalhos se refere ao indivíduo (análise pontual dentro do EMAJ, ou seja, situação de experiência de estágio cujo atendimento com usuário promoveu uma situação de análise). Os relatos num modo geral apresentam uma análise focalizada das competências e/ou atribuições profissionais do SSO voltadas para dimensão técnico operativo dando ênfase no instrumental entrevista e estudo social, mas não as relações de poder entre Direito e Serviço Social dentro da equipe multiprofissional/ multidisciplinar e/ou ações dentro do espaço ocupacional com vista a interdisciplinaridade ficam de fora nas análises desse período.

A falta de sistematização das práticas durante a trajetória do Serviço Social no EMAJ/UFSC tem como consequência a falta de dados que viabilize a compreensão das dificuldades, desafios e possibilidades da ação desse profissional no campo sócio jurídico _ EMAJ. Através de pesquisa documental, o que pode ser encontrado acerca da trajetória do EMAJ é que iniciou em 1975, encerrou suas atividades e voltou no ano 1993, durante este intervalo não se sabe se foi produzida alguma monografia sobre o

EMAJ²⁴ e, ou sobre o tema/área sócio jurídico e até mesmo tenha se perdido/extraviado. Somente a partir do ano 1994 começou-se a produzir monografias sobre este tema. No ano 1998 foram encerradas as atividades novamente, voltando em 2009 permanecendo até o ano de 2011/2. Atualmente (ano 2012), as atividades do Serviço Social articulando ações interventivas com a equipe de Direito foram encerradas novamente, ou seja não foi possível a continuidade do Anteprojeto do Serviço Social no EMAJ, enquanto processo de formação acadêmica, este semestre (2012/1). Após esse parágrafo estarei relatando de forma breve os últimos acontecidos. Logo em seguida, se segue as considerações acerca das monografias encontradas no sistema eletrônico da BU. De acordo com Souza (2010):

O primeiro dado de que se tem conhecimento sobre a inserção do Serviço Social no EMAJ para realização de um trabalho integrado ao da equipe do Direito, foi no dia 1º de março de 1978, através do "Projeto de Atendimento e Promoção Sócio-jurídica", que era desenvolvido durante o período vespertino [...] com atividades: Serviço de Triagem para elegibilidade dos clientes a serem atendidos pelo Escritório; Atendimento de plantão para o estudo sócio-econômico do cliente, diagnóstico social, encaminhamento ao setor jurídico ou social para atendimento específico: Atendimento de casos psicossociais, através de entrevistas visando o tratamento do caso; Avaliação; Documentação do caso específico do trabalho efetuado (CLOSS, 2002, apud COSTA, 2010, p.35).

Costa (2010) aponta que a o “Projeto Sócio Jurídico 84” obtinha como objetivos de procedimentos metodológicos de ação interdisciplinar, porém:

“[...] a dificuldade de realização do trabalho interdisciplinar durante esse período era fruto dos atendimentos que se concentravam apenas em urna situação de conflito isolada e de cunho meramente jurídico, ou seja, a visão sócio jurídica da problemática apresentada dava-se de maneira fragmentada e residual” (CLOSS, 2002 apud COSTA, 2010, p.37).

²⁴Segundo a autora Costa (2010) que traz a trajetória do EMAJ, os dados obtidos se deram através do documento de Closs (2002). Conforme rodapé Costa relata que “os Trabalhos de Conclusão de Curso anteriores ao ano de 1996 não se encontram mais na sala de monografias do CSE, nem mesmo se tem notícias do que ocorreu com tais documentos” (p.35). Dessa forma corrobora com o levantamento dos dados da relatora, salvo algumas notificações atualizadas constando em nota de rodapé a partir do item 30 do mesmo.

A descontinuidade, a disputa pela autonomia e os conflitos com o Direito são pontos analisados em todas monografias encontrados sobre o EMAJ campo de estágio e processo de formação para os acadêmicos do Serviço Social. Os conflitos pelo tempo de atendimento do Serviço Social, do lugar onde atender, de como agir quanto à aprovação ou não dos usuários no critério econômico de atendimentos foram constantes e desgastantes. As dificuldades encontradas no cotidiano institucional e que em algumas produções são apontadas se referem à descontinuidade das ações profissionais no que diz respeito às idas e vindas do Serviço Social dentro da instituição; ao fato de que não existe assistente social que trabalhe efetivamente como tal no EMAJ. O atual período constitui a terceira interrupção das atividades do Serviço Social na instituição.

De acordo com o levantamento dos dados²⁵ das monografias referentes aos anos de 2003 à 2011, foram contabilizados 38 monografias²⁶ cujo tema se relacionava com o campo sócio jurídico; entretanto, 6 constavam experiências no EMAJ e apenas 2 tratavam (dentro desse último) abordava interdisciplinaridade.

Com base na pesquisa documental (bibliografias do Departamento de Serviço Social, UFSC) sobre o tema interdisciplinaridade no campo sócio jurídico, mais precisamente no EMAJ, faço referencia a autora (COSTA, 2010), o mesmo foi constatado o que já vem sendo descrito em outras bibliografias²⁷, (exposto no capítulo I desse) no que tange a escassa produção teórica. Este foi analisado e visualizado (também) como realidade nos materiais encontrados/disponíveis no DSS, referente a

²⁵Realizado pela relatora e com contribuições essenciais do Departamento de Serviço Social, em especial da responsável pela sistematização e coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso Rosana Gaio E responsável pelo setor de aquisição, manutenção dos dados do sistema eletrônico/ pergamum da Biblioteca da UFSC.

²⁶Sobre os trabalhos (monografias), que estão (ainda) no setor do DSS nos armários que foram disponibilizados para guardar os materiais impressos referentes aos anos de 1962 à 1993, segundo declarações da responsável Rosana Gaio (pelos materiais/ monografias do DSS/ UFSC) e listas que foram fornecidas à relatora presente; os documentos referentes aos anos citados acima não contemplam o assunto EMAJ e/ou campo sócio jurídico. As monografias referentes aos anos 1999 à 2002 (cujos trabalhos não faziam parte do atual sistema da BU, o pergamum, e por conseguinte não constam digitalizados, somente impresso), não foram encontrados no espaço físico do mesmo; foram extraviados também. Alguns documentos referentes aos anos de 2003 a 2011 constavam falha no sistema eletrônico (pergamum) da BU; algumas monografias não foram possível abrir o documento em PDF pois continha somente o link “visualizar detalhes”, faltando assim as consultas das monografias das autoras: Simone Martins Junqueira e Silvania da Natividade, ambas do ano 2010/2; bem como do ano 2011. Segundo relato coletado ao responsável (Jonatas) pelo setor de aquisição, digitalização e manutenção do sistema pergamum da BU, as digitalizações estão atrasadas e constam em seu cronograma, como meta de trabalho do departamento as devidas informações e correções até 2013.

²⁷Ver capítulo I desse, que trata da temática interdisciplinaridade.

produção de conhecimento sobre o foco da pesquisa²⁸. Segundo consta a lista²⁹ do material que aborda o tema, apontam para duas monografias do ano 1994 à 2011³⁰.

Em sua grade maioria os documentos (monografias do DSS) encontrados abordam experiências de estágio dos acadêmicos em espaço ocupacional nos Fóruns da grande Florianópolis³¹.

Observa-se na monografia de Costa (2010) que as práticas do Serviço Social deve-se valer de uma perspectiva interventiva no sentido de atribuir práticas voltadas para interdisciplinaridade, para os atendimentos nos espaços sócio jurídico, contudo, os assistentes sociais não conseguem exercer tal função com os conhecimentos do Direito. A mesma autora trás a reflexão acerca do questionamento se a categoria Serviço Social realmente tem se pautado e lutado na ideia desse trabalho, ou se percorre somente no âmbito do discurso ético político. O questionamento fundamenta-se quando é verificada a escassa produção teórico-metodológica, então há de se concluir que as ações do profissional de Serviço Social também estão desfocadas Costa (2010):

Pode-se dizer que essa ideia deve ser retirada do fato de que esse ambiente é permeado por relações de controle, de conflitos- sejam eles de cunho teórico ou prático e igualmente de relações de poder desigual e de toda uma lógica que visa a quantificação da resolutividade das demandas trazidas pelos usuários, não tratando de maneira integral as demandas que chegam até o EMAJ (p.55).

²⁸Tratou-se de busca do que vem sido produzido (teoricamente) sobre interdisciplinaridade no espaço campo de estágio EMAJ acerca do processo de formação do curso de Serviço Social.

²⁹Lista das monografias produzidas pelo Departamento de Serviço Social do ano 1962 à 2011, pela responsável do departamento Rosana Gaio. Através dessa sistematização foi possível a pesquisa de fato, a partir daqui foi constatado também a perda de muitos trabalhos anterior há 2003, pois esses eram impressos, e a partir dessa data ocorre a digitalização dos documentos e assim um controle e conservação maior desses documentos.

³⁰As monografias encontradas são das autoras: Paula Cristina Costa e Simone Martins Junqueira, contudo essa última não foi possível visualizar no sistema pergamum da biblioteca da UFSC, por constar somente o link visualizar detalhes que portando não é possível abrir em PDF. Esse problema foi repassado ao responsável pela digitalização e manutenção do sistema da BU (Jonatas), porém o mesmo não pode socializar o documento por questões de segurança, pois o mesmo ainda não tinha sido digitalizado e o mesmo não tinha permissão de repassar o cd a relatora. Relembrando que os anos anterior à 1993 não trataram do tema geral sobre campo sócio jurídico. A pesquisa foi corroborada pela responsável das monografias do DSS Rosana Gaio, onde afirmou o fato.

³¹E também nos NPJ (Núcleo de Práticas Jurídicas) que possuem convênio/ acordo com Fórum.

Em sua pesquisa com profissionais e estagiários do EMAJ/UFSC (COSTA, 2010), verificou através da fala deles que não há trabalho interdisciplinar neste espaço de atuação onde agregam curso de Direito, Psicologia e Serviço Social; ainda em sua análise constata que o atendimento aos usuários fica prejudicado em dar resolatividade das demandas desse, sejam estes de ordem jurídica, mediação da psicologia e/ou serviços que demanda a assistência social. Cada conhecimento (em especial o Direito e Serviço Social do EMAJ) tem atendido demandas individuais, visando interesses profissionais isoladamente e não articulando conjuntamente os conhecimentos específicos de cada área em favor do usuário, que diante disso poder-se-á sair com as mesmas demandas que levou buscar a Instituição.

O que acontece é que o processo de formação acadêmica tem objetos e objetivos distintos entre os cursos e/ou disciplinas, isso é natural e até necessário, entretanto as áreas específicas de conhecimento deve promover ação interventiva que é proposto dentro do projeto de atuação institucional e, portanto atender as exigências de tais objetivos, que na situação do EMAJ/UFSC, há garantia do acesso a justiça, cidadania, democracia, através da interdisciplinaridade. Analisa (COSTA, 2010) que:

Por essa perspectiva se entende que o conhecimento não é diluído, que as identidades de cada categoria não são extintas, bem como as competências de cada uma delas. Ao contrário, essas diferenças são explicitadas de maneira que converjam para um único objetivo (p.56).

Costa (2010) se porta a autores como Vasconcelos (1997), Miotto (2009), Assumpção (1991). Há observação necessária expor aqui, diz respeito a utilização dos documentos como fonte de pesquisa do tema interdisciplinar são referenciados também pela relatora (no capítulo I) e em outras bibliografias. Esse fato não se trata de coincidência, mas sim de uma realidade apontada em todas as bibliografias, por se tratar de um tema pouco produzido teoricamente. A importância de se produzir mais a respeito do tema trás em seu bojo, enquanto processo interventivo que viabilize a falência dos conflitos institucionais existentes em todos os segmentos e espaço sócio ocupacional. A pressão eminente das expressões da questão social permeia o ambiente de trabalho e isso por si só causa conflitos internos entre os membros da equipe multiprofissional. A lógica do sistema capitalista sufoca as condições de trabalho, as

políticas públicas, os serviços de atendimento as políticas de acesso a assistência jurídica gratuita, contudo essa lógica não pode defasar os serviços do EMAJ com relação as ações do Serviço Social voltados com compromisso ético político, defendendo os princípios fundantes da profissão, “e, para além disso, onde as ações sejam construídas, planejadas, através de metas, objetivos” (COSTA, 2010, p.51). Além disso, a autora Costa (2010) ainda expõe que:

É nesse aspecto que se encontra a problemática para uma atuação interdisciplinar ao passo que se faz presente, no discurso, tanto das estagiárias do Serviço Social, quanto das próprias Supervisoras de Serviço Social do EMAJ, o fator hierarquia presente na relação entre as três áreas do conhecimento, sendo executada pelo curso fundador do referido escritório, o Direito, ai entendido não só enquanto estrutura departamental, como também do corpo técnico (p.51).

Costa (2010) contata em sua pesquisa que vem sendo decorrente nesses espaços de atuação EMAJ é uma perspectiva de multidisciplinaridade entre as equipes; ou seja, o conjunto dos conhecimentos/ disciplinas não contribui uma com as outras no sentido de junção e unidade entre si, existe certa cumplicidades na atuação de administrar as atividades de forma a manter como está. Completando a definição de multidisciplinaridade que tem haver segundo Dal- Bó :

A uma gama de disciplinas, ligadas principalmente pelo diálogo entre os especialistas, mas sem relação entre si. É a observação de um objeto sob diversos ângulos, sem pressupor um acordo ou rompimento de fronteiras entre as disciplinas. A solução de um problema exige informação de várias ciências ou setores do conhecimento, sem que as disciplinas envolvidas estejam imbricadas (DAL-BÓ, 2009: 342-343).

Conclui-se que no espaço sócio jurídico, mais precisamente o EMAJ/UFSC³² é evidente as práticas profissionais voltadas para ações multidisciplinares e não interdisciplinares, (COSTA, 2010) aponta que o espaço analisado (enquanto processo de formação acadêmica) deve levar em consideração o que o Plano Nacional de Extensão Universitária propõe, direciona como aquela que:

Com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico [...]. Esse fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequência, a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (BRASIL. PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 1998: 15 apud COSTA, 2010, p.43).

Segundo o autor (FAZENDA, 1979) as ações interdisciplinares são para a formação profissional um processo que exige um olhar, um exercer [...] como incentivo à formação de pesquisadores e à pesquisa, como condição para uma educação permanente, como superação da dicotomia ensino-pesquisa, como forma de compreender e modificar o mundo (p.8). O que se deve pensar à respeito é que ao propor uma intervenção multiprofissional com vistas a interdisciplinaridade dentro do EMAJ e/ou em qualquer outro espaço ocupacional, o planejamento como estratégia de trabalho que incorpore a junção das relações de conhecimento para a superação da realidade da Instituição³³ e social.

Finalizo este com a reafirmação de (COSTA, 2010) que conclui em sua pesquisa (sobre as práticas do Serviço Social no EMAJ) que a equipe que integra Direito, Psicologia e Serviço Social articula-se de forma multidisciplinar. Corroborando com a

³²Onde se deu as reflexões da autora Paula Cristina Costa (2010) sobre a proposta de intervenção profissional do Serviço Social voltada para prática interdisciplinar com o Direito, no espaço ocupacional do EMAJ/UFSC.

³³Realidade apontada no item 2.4.1 sobre situações de conflito institucional.

mesma, constatamos a mesma reflexão ao analisamos os projetos de atuação institucional do Serviço Social nas Universidades de Santa Catarina.

Por fim, no capítulo III segue algumas reflexões sobre as monografias, os projetos institucional do Serviço Social junto à núcleo de práticas jurídica dos IES com vistas ao planejamento para uma proposta de intervenção interdisciplinar, estabelecendo diálogo com o Direito.

3. ALGUMAS REFLEXÕES

Este apresentar criticamente as reflexões que aparecem na produção acadêmica dos trabalhos de conclusão de curso do Serviço Social acerca da ausência de trabalho interdisciplinar, bem como a escassa produção teórica acerca deste aos acadêmicos do curso. Também segue análise sobre os projetos de atuação institucional em torno aos serviços de assistência sócio jurídico gratuito das IES/SC sobre o aspecto da ausência do curso de Serviço Social, e, por conseguinte a falta de assistente social nas Instituições pesquisadas e a interlocução dos cursos de graduação em Serviço Social e Direito em torno das Instituições que apresentaram projeto de atuação institucional.

3.1 Sobre os Trabalhos de Conclusão de Curso

O processo de pesquisa que subsidiou esse estudo se deu a partir das leituras que vem sendo produzido no Departamento de Serviço Social (DSS) no âmbito sócio jurídico, EMAJ/UFSC e temas a fins, desde seu início 1993 aos anos 2011, sobre a intervenção profissional enquanto processo de formação acadêmica, com enfoque na prática da interdisciplinaridade.

Quanto a esse processo é importante destacar que a Instituição (campo de estágio) é um espaço de conflito, como todas as demais instituições inseridas no modelo capitalista de produção. A contradição aparece também no cotidiano institucional do EMAJ/UFSC. Os pontos que perpassavam no cotidiano institucional EMAJ e que prevaleceu nas produções teóricas das atividades do Serviço Social no espaço jurídico, em especial destacam-se: a descontinuidade das ações do Serviço Social, a disputa pela autonomia e os conflitos com o Direito; sem mencionar a falta de estrutura mínima de trabalho (recursos humanos e financeiros, condições determinantes muitas vezes para uma ação qualificada), a falta de compreensão do Direito acerca das atribuições privativas do Serviço Social; assim como já exposto no capítulo II desse.

O debate das produções teóricas do DSS, de maneira geral, identifica-se no tratamento das ações profissionais voltadas para prática no sentido de definir ação

interventiva (somente) aqueles que trabalham diretamente com os usuários articulando muito mais instrumentais técnicos operativos. As discussões acerca dessas ações dissociam as três dimensões da profissão: teórico-metodológicas, ético político e técnico operativo. Podemos compreender que teoria e prática devem caminhar concomitantemente ligadas, elas não podem ser dissociadas umas das outras. A intervenção profissional do Serviço Social não pode ser compreendida, unicamente como aquela que lida diretamente com os indivíduos e instrumentais como entrevista social; mas deve ser percebida também como importante papel (na função teórica) como produto de produção de conhecimento, para fins de compreender a realidade social com vistas a transformação, por meio de socialização de experiência de campo de estágio. Corroborando com essas considerações (SANTOS, 2010) afirma que:

[...] a relação teoria/prática encontra-se em uma apreensão teórica que possibilita a compreensão das práticas profissionais e a estrutura de seus objetos. Ela explica as tendências presentes no movimento da realidade, bem como as manifestações particulares no campo sobre o qual incide a intervenção profissional (p.93).

A partir das experiências de estágio no EMAJ (Escritório Modelo de Assistência Jurídica/ UFSC), foi possível compreender as competências e atribuições privativas do Serviço Social frente ao desafio de articular ações que interfiram na realidade social, Institucional (campo inerente a contraposição multidisciplinar), disputa de poder, entre outros, origina-se uma hipótese de trabalho acerca das ações dos assistentes sociais. Um apontamento que dou destaque neste, se refere as três dimensões da profissão: teórica-metodológica, ético político e técnico operativo.

A Instituição campo de estágio mencionado acima impulsionava ações imediatas, pois se tratava de demandas espontâneas com situações referentes ao acesso a assistência jurídica gratuita, nas áreas da família, civil, criminal, penal e previdenciária; um dos instrumentais utilizados na abordagem com o usuário é a entrevista, ainda de maneira geral as produções teóricas apontam para importância de tal para atingir o objetivo profissional de promover o acesso ampliado á justiça e cidadania.

Os instrumentais, são utilizados pelos assistentes sociais para atender as demandas e exigências expostas na instituição, a teoria possui a leitura crítica da realidade que viabiliza interpretar os fenômenos sociais, políticos e econômicos, internos e externos ao ambiente Institucional; todavia, “a teoria por si só não nos garante a habilidade prática, que é conseguida através de experiência e reflexão sobre o que fazemos (intervenção)” (SILVA, 1995, p.58). De acordo com essa afirmação, pode-se compreender a ausência expressiva tanto de produção teórica quanto prática profissional voltada para intervenção interdisciplinar entre Serviço Social e Direito.

Há de se questionar se a ausência de ambos se relaciona com a falta de sistematização dos dados e práticas do Serviço Social, devido a rotina intensa de atendimento às demandas do EMAJ/UFSC e/ou a falta de compreensão acerca dos profissionais no sentido das competências e atribuições profissionais de cada categoria, para tão somente ser possível a intervenção interdisciplinar bem como sua produção; conforme leitura de Santos (2010).

Como proposta ressaltamos a necessidade no processo de formação acadêmica, contribuindo para a apreensão e o entendimento das suas competências e atribuições no que diz respeito às práticas profissionais do Serviço Social, dentro da equipe multiprofissional, articulando com os serviços no campo sócio jurídico, com vistas à troca de conhecimentos das áreas envolvidas, possibilitando e favorecendo para a prática interdisciplinar.

3.2 Sobre os Projetos do Serviço Social Junto à Núcleos de Práticas Jurídicas das Instituições de Ensino Superior – IES

A pesquisa (IES/SC) acerca dos projetos de atuação do Serviço Social nos escritórios do NPJ se deu com o total de 37 Instituições, dentre essas apenas 4 dispõe de curso de Serviço Social e assistente social, conforme explanado no capítulo II deste.

A observação que vale destacar está na ausência do urso de Serviço Social nas Instituições de Ensino Superior de Santa Catarina, que somadas fecham um palmo. Em

decorrência deste fato os profissionais desta categoria também não estão inseridos nos escritórios de assistência jurídica gratuita do Núcleo de Práticas Jurídicas da Instituição. Essa realidade pode prejudicar o atendimento ao usuário no que tange aos direitos para além de orientação e processos no âmbito do Direito, conforme os Relatórios do EMAJ/UFSC (2010, 2011).

A importância do Serviço Social na Assistência jurídica acerca da especificidade do profissional (Assistente Social) está no modo como exerce a atividade dentro do EMAJ; ou seja, o atendimento da equipe de Serviço Social exerce também intervenção interna (aos usuários) junto a equipe de Direito, muitas vezes os usuários buscam assistência jurídica pensando em entrar com uma ação judicial, mas nem sempre (nem tudo) tem a necessidade de ser judicializado; portanto, cabe ao Assistente Social fazer sua intervenção interna com a equipe de Direito, devolvendo aos usuários as informações necessárias. Muitas vezes a equipe de Serviço Social fez intervenção interna com a equipe de Direito evitando transtorno judiciário para o usuário, pois esses necessitavam apenas de informação e, ou orientação acerca da justiça (nas áreas: previdenciária, trabalhista, civil, penal, família).

Nesse sentido, destaco a autora Chuairi (2001) que diz que:

“A ação profissional do assistente social auxilia os sujeitos a analisar e redimensionar suas situações de litígio, esclarecendo seus direitos e deveres, tentando buscar alternativas de ação para resolução desses conflitos.” (p.139).

Em base dessa afirmação, cabe destacar o projeto de intervenção da equipe multidisciplinar para intervenção interdisciplinar entre Serviço Social, Direito e Psicologia, “[...] assim, os dilemas e os embates do mundo moderno levam os sujeitos a uma procura mais acentuada das Instituições de justiça para solucionar seus conflitos que antes eram resolvidos em âmbito familiar e/ou em outros recursos sociais”, porém, por motivos específicos de cada categoria a articulação para viabilizar ação

interdisciplinar, está passível de muita análise e não se esgota neste estudo (CHUAIRI, 2001, p.125).

Conforme os Relatórios do EMAJ (2011) uma das propostas colocada em reunião entre as coordenadorias dos cursos (Direito e Serviço Social), dispõe que a equipe de Serviço Social identifique no momento da triagem/entrevista (através do Projeto Mediação Familiar do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina) diante das demandas que os usuários (do EMAJ) apresentar, identificar a situação que for mediação, para desafogar o judiciário com ações desnecessárias (que não necessitam entrar com nenhuma ação judiciária) para área específica da Psicologia; onde são encaminhados para o Fórum Norte da Ilha, mas com o objetivo de facilitar os encaminhamentos para os usuários. Entretanto existe ainda muita confusão na compreensão da tematica mediação para as equipes envolvidas nesse projeto (que nem de longe foi executado com segurança, qualidade e qualificação). A constatação do Relatório do EMAJ (2011).

A atuação do Assistente Social, nestes espaços exige que haja um embate constante no sentido de realizar uma atuação pautada no Código de Ética e no próprio Projeto Político da Profissão, bem como promover ações voltada a interdisciplinaridade. Mas sabe-se que, mesmo com tal posicionamento ou vontade política, nem sempre se fazem suficientes para dar conta de abraçar a causa.

O Serviço Social acaba trabalhando por muito, com pouco, de sua capacidade profissional, dificultando à realização das atividades mais simples, inerentes a profissão. Seja na dificuldade de: articular a rede (por falta de estrutura material como por exemplo o telefone que não tem discagem externamente à UFSC e/ou condições de trabalho); de organizar os serviços, as atividades e as ações dentro da Instituição; de dar conta das demandas, para além da resposta pontual; do acompanhamento dos usuários; da dificuldade de organizar reuniões para uma melhor comunicação, entre as equipes (Direito, Psicologia, Serviço Social) para os fins de atender os usuários adequadamente.

Assim como está previsto na Resolução CFESS nº557/2009 (que dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntas entre o assistente social e outros profissionais) orienta que o assistente social deve, sempre que possível, integrar equipes multiprofissionais, bem como incentivar e estimular o trabalho interdisciplinar;

devendo respeitar as normas e limites legais, técnicos e normativos das outras profissões, em conformidade com o que estabelece o Código de Ética do Assistente Social, regulamentado pela Resolução CFESS nº273, de março de 1993.

Quanto a questão da mediação dentro do espaço sócio jurídico, ainda é muito discutido entre a categoria do Serviço Social e entre a equipe de Serviço Social no EMAJ, pela questão de não ser ainda bem esclarecido, se é atribuição dos Assistentes Sociais acumularem essa função; além do mais, os profissionais que são direcionados para exercer a função de mediadores familiar são os advogados e psicólogos. Assim, segundo a autora Baptista & Batini (2009):

[...] essa prática profissional particular vai se consubstanciando, construindo a sua própria história e formando os seus especialistas, e um segmento da sociedade é objetivado como especificidade sua ação. Um conjunto próprio de questões e de objetivos é constituído, determinando áreas específicas de intervenção e investigação. Do mesmo modo, vão sendo elaborados conjuntos próprios de valores, de questões e de objetivos, determinadas áreas específicas de intervenção e de investigação, e construídos os paradigmas que servem de referencial à sua produção teórica e prática (p.22)

Portanto, o trabalho do Serviço Social em espaços como o de prestação de assistência jurídica é de extrema importância não só como um profissional instrumentalizado para fazer uma leitura ampliada da realidade social, mas também do contexto que os usuários estão envolvidos que engloba despesas familiares, de educação, trabalho, saúde, ou seja, situação de vulnerabilidade, mas sobretudo na garantia de acesso aos serviços e na defesa dos direitos.

O trabalho do Serviço Social na concepção de Chuairi (2001) no âmbito sócio jurídico é rico em vários aspectos, pois proporciona um maior entendimento das demandas que são apresentadas e ainda ao desenvolvimento de inúmeros outros processos que levam a resolução da situação por meio de encaminhamento à Rede Social, orientação aos indivíduos e articulação com diversos setores e acesso à organizações que trabalham em defesa dos direitos e no controle social.

A reflexão que é possível identificar _neste campo de estágio_ está acerca de pensar outras propostas de atuação (do Serviço Social no EMAJ) viabilizando um trabalho multidisciplinar para intervenção interdisciplinar de forma integrada com a equipe de Direito e Psicologia, para além do processo de triagem, onde este tem apresentado uma função específica de aprovar e/ou reprovar um cadastro de um indivíduo, tendo foco exclusivamente na renda familiar de até 3 salários mínimos para ser atendido com assistência jurídica do EMAJ/UFSC. O Serviço Social não pode cair na lógica da Instituição de exercer atividades de forma meramente repetitiva e automática, pois não é essa a função.

Um dos papéis essenciais do Serviço Social no EMAJ é de mediador de conflitos, trazendo os maiores esclarecimentos e propondo os devidos procedimentos dentro do trabalho multidisciplinar, favorecendo aos usuários à acessar os direitos. A disputa ideológica é explícita; pois a visão do direito acerca das expressões da questão social é de forma enviesada, preconceituosa e de forma de culpabilização do indivíduo. Portanto cabe ao Serviço Social lutar para uma democracia participativa e consciente de seus direitos (de forma organizada), promovendo o acesso a justiça através do exercício de cidadania. Contudo as ações no sentido das práticas interdisciplinares a categoria de Serviço Social deixa a desejar e há de se avançar, não somente no âmbito das ideias, debates e discursos políticos enquanto processo ético político da profissão, mas no sentido amplo das ações, neste sentido aponto a importância do avanço das produções teóricas acerca das experiências de estágio no campo sócio jurídico voltado para a importância da intervenção interdisciplinar para que tão somente seja viável sua aplicação profissional (COSTA, 2010).

A realidade social nos infere uma necessidade de buscar cada vez mais aportes para compreendê-la e transformá-la. Mesmo que muitas vezes seja desmotivador e indignante ter contato com situações de disputa de poder, disputa de espaço, disputas ideológicas, falta de compreensão e comprometimento acerca do trabalho interdisciplinar que são gerados dentro dos diversos espaços sócios ocupacionais (neste caso o embate maior se dá com a equipe de Direito, pelo fato de que a compreensão acerca dos direitos sociais tem avaliações distintas ao nosso; pois é transcorrido dentro e/ou durante a formação acadêmica, nas salas de aula; uma troca de ideologias entre professores e alunos); por outro lado ainda tem a situação de vulnerabilidade e de

negação dos direitos dos sujeitos. Contudo, faz necessário utilizar essa indignação para promover estratégias de mudanças e conquistas dentro dos espaços que ocupamos, bem como lutar pelo espaço de atuação, ampliar espaço para que realmente os usuários não fiquem sem a cobertura do trabalho do Serviço Social voltado para os princípios que norteiam sua profissão.

Os conflitos decorrentes nos espaços sócios ocupacionais quando apresentado aos acadêmicos que passam por processo de formação por meio de estágio, se depara com a realidade dos desafios e limites institucionais e sociais, além da teoria apreendida nas disciplinas do curso de Serviço Social; mesmo diante dos avanços e qualificação da categoria, muitos profissionais e estagiários ainda mencionam que a teoria adquirida na academia não se aplica na prática profissional no cotidiano institucional, desta forma Iamamoto (1992) diz que:

A teoria não se aplica ao real, mas fornece parâmetros para uma análise criativa que recupere as especialidades do processo de formação da sociedade nacional, dos movimentos e inflexões conjunturais dos atores e forças políticas aí presentes (IAMAMOTO, 1992, p.179 apud DOS SANTOS, 2010, p.93).

Ainda sobre o mesmo enfoque é possível avaliar que as forças intelectuais devem-se articular com o objetivo de compreender a realidade social propondo solução para as demandas apresentadas no campo sócio jurídico e demais Instituições, Organizações. Mesmo que os cursos (mencionados neste estudo) apresentem teorias, enquanto processo de formação acadêmica distintos uns dos outros e, ainda que o ponto de análise do objeto de estudo (questão social) não sejam necessariamente visualizados sobre a mesma perspectiva, ainda sim é possível favorecer dentro da equipe multiprofissional às práticas de intervenção interdisciplinar, já que o objetivo institucional é o mesmo, ou seja, tentar sanar os problemas decorrentes das várias expressões da questão social, para tanto, os desafios postos ao exercício profissional na contemporaneidade exigem “[...] um trabalhador modificado na esfera da execução [...] um profissional propositivo, com

sólida formação ética [...] capaz de propor transformações em seu âmbito de trabalho, em especial no EMAJ/UFSC à equipe de Direito (IAMAMOTO, 1999, p.113).

De acordo com Marconsin (2010) a transformação enquanto equipe multidisciplinar para interdisciplinar poderá ocorrer com o planejamento da junção e complementaridade das disciplinas dos cursos de Direito e Serviço Social, contudo esse processo não deve atentar para prática tecnicista e burocrática das ações profissionais onde a rotina institucional prejudica o acesso a assistência jurídica gratuita por questões de documentação e burocratização enquanto critérios pré-estabelecidos para acessar os serviços prestados pelos escritórios. Portanto os profissionais que integram esse espaço devem viabilizar e ampliar o acesso aos serviços de assistência jurídica gratuita bem como fornecer outros serviços que demandem de articulação com a rede de proteção social, políticas sociais através do Serviço Social e demais mediações enquanto competência e atribuição profissional da Psicologia. As ações profissionais devem sair do padrão de ação multidisciplinar (que atentam para práticas individuais e pontuais de cada categoria, atingindo somente os objetivos da profissão, e que contribui minimamente com os objetivos da instituição) para intervenção interdisciplinar, caso contrário correrá o risco de atender demandas articulando ações meramente tecnicistas, operando tão somente com a dimensão técnico operativo.

Segundo a autora (SANTOS, 2010) as dimensões técnicas operativo, éticas político, teórico metodológico não podem ser dissociadas umas das outras na atuação profissional de Serviço Social senão o objetivo profissional dentro do projeto institucional de concretizar o projeto ético político da profissão fica comprometido. Os relatórios e monografias do Serviço Social dentro do EMAJ/UFSC se dispõem da importância das práticas profissionais voltado para dimensão técnico operativo enquanto intervenção frente a realidade social, com ausência da reflexão das ações interdisciplinares neste espaço.

As práticas interdisciplinares não são de acesso simples em sua aplicação, contudo os esforços não poderão se esgotar em meio aos conflitos de interesses e dificuldades encontradas nos diferentes espaços sócio ocupacionais, quanto menos há uma concepção equivocada de instrumentalidade voltada apenas á técnicas de trabalho (domínio técnico). (GERRA, 2010). Contudo para ser viável a proposta de intervenção profissional voltada para interdisciplinaridade é preciso compreender que a

instrumentalidade tem haver com o domínio e o conjunto das três dimensões, constitutivas da profissão para possivelmente avançarmos do debate ético político para práticas efetivas no sentido da interdisciplinaridade, tanto na produção teórica, quanto na ação profissional interventiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse trabalho e por meio da pesquisa dos projetos de atuação institucional do Serviço Social em torno aos serviços de assistência sócio jurídica gratuita das Instituições de Ensino Superior - IES do estado de SC; e dos Trabalhos de Conclusão de Curso (do Departamento de Serviço Social da UFSC) que refletissem sobre os projetos de intervenção institucional em torno aos serviços de assistência sócio jurídica gratuita sobre enfoque das práticas interdisciplinares trouxe como reflexão e análise a ausência de produção teórica acerca da interdisciplinaridade, assim como a falta dela como prática interventiva no campo sócio jurídico.

Mesmo obtendo concordância entre os autores que debatem sobre o tema interdisciplinaridade, que o mesmo é debatido muito mais do que produzido teoricamente e/ou aplicado enquanto ação profissional entre as categorias, esses também apresentam divergência para definir o conceito, talvez seja por isso a ausência na pesquisa documental e bibliográfica.

Quanto ao ponto de concordância entre os autores; os mesmos não tem o interesse em apresentar de forma definitiva o conceito e, ou definição generalista sobre o tema em debate; porque a necessidade não está em esmiuçar o conceito em si e para si mesmo. A necessidade que se faz presente é enquanto produção teórica, para aplicá-lo de forma eficiente e eficaz na intervenção profissional. Contudo, existe a importância de que a intervenção interdisciplinar seja alcançada no campo sócio jurídico e demais espaços sócio ocupacionais.

De acordo com as experiências e pesquisa no EMAJ/UFSC há de se concluir que por questões de conflito entre Direito e Serviço Social a interdisciplinaridade precisa ser

muito mais debatido, quanto produzido teoricamente com vistas a proposta de transformação da realidade institucional. Para tanto, a atuação profissional se utiliza do processo investigativo, no que tange as pesquisas que são realizadas no meio acadêmico e enquanto campo de estágio para atingir os objetivos desejados seja estes voltados para o processo de formação, sejam no âmbito das discussões críticas repensando propostas de intervenção profissional, sejam no âmbito de socializar informações, enfim, são inúmeros os benefícios das pesquisas, assim o intuito deste é promover reflexão acerca das práticas profissionais do Serviço Social no campo sócio jurídico, com destaque ao campo de estágio EMAJ/UFSC. Assim há de se pensar também que a categoria deve continuar se pautando no planejamento de suas ações, através do compromisso político.

A ética profissional dá visibilidade à sociedade acerca da direção social e da qualidade do exercício profissional. Isto requer sistematizações dos dados apresentados diante das experiências desse campo de estágio do posicionamento e compromissos políticos da categoria com determinados valores e princípios, que devem constar a partir de referenciais teóricos, no Código de ética profissional e da Lei de regulamentação da profissão.

É importante destacar que a Instituição campo de estágio é um espaço de conflito, como todas as outras instituições inseridas no modelo capitalista de produção. A contradição aparece também no cotidiano institucional do EMAJ. É importante esclarecer alguns dos pontos que perpassavam o cotidiano institucional do EMAJ e que culminaram no reordenamento das atividades do Serviço Social: a descontinuidade, a disputa pela autonomia e os conflitos com o Direito, assim como exposto no capítulo II deste. São várias as dificuldades encontradas neste espaço de atuação.

Uma dificuldade encontrada no cotidiano institucional é a descontinuidade das ações profissionais. Essa descontinuidade diz respeito às idas e vindas do Serviço Social dentro da Instituição; ao fato de que não existe a contratação de uma assistente social, sendo assim, não há permanência efetiva desse profissional no EMAJ, dificultando um possível acompanhamento dos usuários após o atendimento e a dificuldade de exercer atividade com prática interdisciplinar junto à equipe de Direito. O atual período constitui a terceira interrupção das atividades do Serviço Social na instituição.

Muitas hipóteses poderão ser levantadas acerca deste estudo, diante do que foi constatado com relação a ausência expressiva do tema interdisciplinaridade enquanto proposta de intervenção profissional do Serviço Social no EMAJ/UFSC e demais instituições de Santa Catarina, contudo o que cabe destacar aqui refere-se a importância de ganhar espaço de atuação do Serviço Social em todos os espaços institucionais com vistas a prática interventiva voltada a interdisciplinaridade, ou seja, troca de saberes entre os conhecimentos específicos de cada categoria, sejam estes o Direito, Psicologia, Pedagogia, entre outros. Conforme apresentado durante todo o transcorrer desse estudo, a importância para tal aplicação é evidente, necessária e desejada na área do Serviço Social, porém a de se produzir mais afim de construir um diálogo entre as equipes de atuação institucional, talvez assim os conflitos internos amenizem no decorrer da colaboração entre os profissionais e dessa forma atinge o objetivo da profissão para ao compromisso ético político voltado a defesa dos direitos sociais, ampliação e garantia do acesso a assistência jurídica, bem como aos serviços públicos, política de proteção, favorecendo sempre o usuário.

As competências e atribuições privativas da profissão de Serviço Social devem estar articuladas com o compromisso ético, com os princípios e as demais dimensões (teórica metodológica, ético político e técnico) sem dissociá-las umas das outras. Contudo, a reflexão sobre as atividades do campo de estágio da relatora se dá no campo do planejamento, execução e avaliação enquanto processo formação no EMAJ/UFSC. Para um maior domínio sobre as práticas interventivas voltadas para interdisciplinaridade há de se pensar primeiramente como se realizou o planejamento do trabalho do Serviço Social no EMAJ/UFSC durante o período que antecede este.

No campo de estágio EMAJ/UFSC foi possível constatar que a equipe de Serviço Social, em especial as assistentes sociais eram comprometidas com o planejamento de suas ações, afim de organizar as ações profissionais dentro do campo sócio jurídico, assim os estagiários que adentravam neste espaço podiam visualizar melhor as atividades de cada membro e também compreender as competências de cada um, esse planejamento se deu através de reuniões e debates acerca de referenciais teóricos que traziam reflexão sobre área jurídica e temas a fins, além das demandas trazidas pelos usuários que necessitavam de compreensão específica acerca do Serviço Social.

O planejamento se deu como estratégia de atuação no campo sócio jurídico (que por sua vez não deve fugir a regra, seja qual for o espaço de atuação profissional do Serviço Social) no que diz respeito ao reconhecimento do espaço; da política que rege a instituição EMAJ e/ou sistema sócio jurídico (de política de assistência jurídica gratuita); da população atendida; da equipe multidisciplinar; da metodologia aplicada pela equipe de Direito; dentre outras percepções. Porém o que se percebe neste espaço é que a equipe de Serviço Social não dava conta de planejar ações para além dos atendimentos diários, pertencentes a rotina da instituição, decorrentes da dinamicidade das demandas espontâneas da população atendida no EMAJ. Além do fator conflito para o Serviço Social por estar inserido num contexto contraditório aos seus princípios norteadores da profissão, visto que os conflitos eram permanentes com a equipe de Direito por se tratar de ideologias distintas por consequência do processo de formação acadêmica (cujas ideologias, fundamentos teóricos apresentam objetivos de atuação e meta profissional com perspectiva contrária a visão que o Serviço Social) que por sua vez é diferenciada no olhar crítico sobre a realidade social, a questão social e suas expressões.

A equipe de Serviço Social buscava atender os usuários (do serviço de assistência jurídica gratuita) para além da lógica da instituição, onde demandava uma ação meramente burocrática, de preenchimento de cadastro, entrando numa lógica perversa de atender critérios onde excluem os que já estão excluídos, do sistema de direitos igualitários, fazendo uma triagem, essa situação era inerente a instituição. A mesma equipe também promoveu a socialização das informações aos usuários para além do âmbito do Direito, de suas necessidades, viabilizando o acesso às possíveis demandas para o Serviço Social (de acesso aos direitos sociais, das políticas públicas e serviços de proteção social em geral; porém, em decorrência desse atendimento voltado para o benefício dos cidadãos em atender outras demandas que não só de assistência jurídica, a equipe de Serviço Social encontrava muitos entraves, visto que a equipe de Direito não compreendia esse tipo de atendimento e em sua concepção atrasava os objetivos advindos das aulas práticas em torno do escritório.

Assim percebe-se que no EMAJ/UFSC não foi possível pensar estratégias de aplicar ação interdisciplinar com a equipe de Direito por falta (talvez) de espaço, tempo em propor devido ao forte desgaste que a equipe de Serviço Social enfrentava para tentar exercer suas atribuições privativas que não fosse uns meros técnicos

administrativos, como demandava o NPJ por meio dos atendimentos pontuais (fragmentados) que atendiam muito mais os interesses da própria profissão (enquanto processo de formação do Direito) do que comprometidos há atender necessidades da população carente.

Por causa das limitações que o Serviço Social encontrou no EMAJ (campo de estágio, como fonte de ensino), as ações da equipe eram voltadas predominantemente a dimensão técnica operativa (os instrumentais). Vale ressaltar que foi dada a importância a produção teórica metodológica através dos relatórios e registros das atividades como forma de sistematizar os dados e assim analisar a partir deste, para fins de transformar a realidade da instituição. Contudo a dinâmica e os conflitos inerentes a instituição EMAJ fez com que a equipe de Serviço Social fosse “engolido” pelas demandas institucional e deixou a desejar na sistematização de suas ações profissionais. Essa sistematização é importante pois pode promover a equipe de Direito a reflexão acerca da importância da atuação do Serviço Social, articulando as atribuições privativas junto a sua equipe com vistas a intervenção interdisciplinar entre a equipe. Já que em muitas situações a intervenção do assistente social foi fundamental para orientar o usuário, sobre os procedimentos jurídicos (fornecendo as devidas informações) evitando o congestionamento judiciário com abertura de processo desnecessário, pois se tratava de esclarecimento de direitos e onde acessá-lo.

Conclui-se que a intervenção do Serviço Social voltado para prática interdisciplinar no campo sócio jurídico deve atender há parâmetros de avaliação e controle das ações profissionais através de planejamento, sistematização dos dados (com vistas a produção teórica sobre a importância do tema) e assim promover o movimento de reflexão-ação dentro da equipe multidisciplinar.

Tentamos demonstrar neste estudo que é possível o Serviço Social no campo sócio jurídico desenvolver uma prática interventiva voltada à interdisciplinaridade com vistas à transformação dos conflitos institucionais, à transformação da sociedade, em articulação com diferentes categorias e conhecimentos profissionais para adquirir um mesmo objetivo, em facilitar a vida do usuário dos serviços de assistência jurídica e promover a garantia do acesso aos direitos sociais. Ressaltamos que esse estudo é uma modesta contribuição a todos aqueles que queiram ou que desenvolvem uma prática voltada para a construção de um projeto de sociedade mais justa e igualitária, contudo a

de se pensar e planejar (partindo do pressuposto da teoria mais construção voltada para prática interdisciplinar e não só nas particularidades vivenciadas pelos estagiários e demandas dos usuários).

A pretensão não é esgotar essa temática e ou encontrar respostas para a mesma, mas sim, procuramos possibilitar ao leitor as reflexões do Serviço Social em torno aos serviços de assistência sócio jurídico gratuito das IES e relevância do assunto tendo em vista a escassa produção teórica, embora se trate de importante espaço ocupacional dos assistentes sociais sobre enfoque da interdisciplinaridade. Propomos ainda, que este estudo não fique meramente no papel, mas que possa a partir do mesmo trabalhar para viabilizar propostas de intervenção do Serviço Social a interdisciplinaridade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____, Lei 8662, de 7 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 16 de setembro de 2011.

_____, Resolução 493, de 21 de agosto de 2006. Brasília, 2006.

_____, Resolução 533, de 29 de setembro de 2008. Brasília, 2008.

ALAPANIAN, Silvia. **Serviço Social e Poder Judiciário: reflexões sobre o Serviço Social no Poder Judiciário**. São Paulo: Veras, 2008.

ALENCAR, M. M. T.; GRANEMAN, S. **Ofensiva do capital e as novas determinações do trabalho profissional**. Revista Katálisis. Fpolis, v.12, n.2, p.161-169 jul./dez.2009.

ALMEIDA, Ney I. Teixeira. **Retomando a temática da sistematização da prática em Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete, et al. (org.). Serviço Social e Saúde: formação profissional e trabalho profissional. (arquivo disponível no ambiente AVEA da disciplina).

ARAÚJO, Rosângela de. BRUNO, Denise Duarte. & KRÜGER, Liara Lopes. **O trabalho de Perícia Social**. In: **Revista de Divulgação Científica, Canoas, Ano 6, n° 1, p.20-25, 1° Semestre 1994**.

BAPTISTA, Myrian Veras. **“Prática social/ prática profissional: a natureza complexa das relações profissionais.”** IN: BAPTISTA, M,V & BATINI, Odária. A prática profissional do Assistente Social. SP. Ed.Veras, 2009. P.13-23.

BEHR, Raquel Bergmann. **O Serviço social no escritório modelo de assistência jurídica- UFSC: as relações de trabalho do assistente social em equipes inteprofissionais [i. e. interprofissionais]**. Florianópolis, SC, 2010. 66 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social. Disponível em : <<http://tcc.bu.ufsc.br/>>. Acesso em: 16 de abril de 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no contexto da crise capitalista**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: [s.n.], 2009. p.301-321.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Rev. Katálisis. Florianópolis v. 10 n. esp., 2007, p. 46-54.

BRASIL, Lei 1060, de 5 de fevereiro de 1950. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1060.htm. Acesso em: 16 de setembro de 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Brasília, 1998.

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Brasília, 1998.

CARVALHO, Daniela Ayres dos Santos. **SERVIÇO SOCIAL e o acesso a justiça no EMAJ/UFSC: Escritório Modelo de Assistência Jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, SC, 2011. 75 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/>. Acesso em: 16 de abril de 2012.

CASAGRANDE, Maria Aparecida. **O Serviço Social no EMAJ — Uma alternativa**

CFESS, **Código de Ética dos Assistentes Sociais, de 1993**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf. Acesso em: 15 de outubro de 2011.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CHUAIRI, Sílvia Helena. **Assistência jurídica e serviço social: reflexões interdisciplinares**. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Ano XXII, p. 124-144, n° 67, 2001.

CLOSS, Thais Dal Ponte. **O Serviço Social no Escritório Modelo de Assistência Jurídica: Trajetória histórica.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Florianópolis: Departamento de Serviço Social/UFSC, 2002.

Cortez, 1996.

COSTA, Paula Cristina. **O Serviço Social junto ao EMAJ: uma proposta de interdisciplinaridade.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Florianópolis: Departamento de Serviço Social/ UFSC, 2010.

COSTA, Paula Cristina. **O Serviço Social junto ao EMAJ: uma proposta de interdisciplinaridade.** Florianópolis, SC, 2010. 94 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/>. Acesso em: 16 de abril de 2012.

DAGNINO, Evelina. **Os novos movimentos sociais e a emergência de nova noção de cidadania.** In: Dagnino, Evelina (org.). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo Brasiliense, 1994.

DAL-BÓ, Ana Maria Mafra. **Trabalho interdisciplinar- Psicologia e Serviço Social: uma vantajosa parceria.** In: O Serviço Social no Poder Judiciário. Caderno 1, ACASPJ, 2009.

ELY, Fabiana Regina. **Serviço Social e interdisciplinaridade.** Revista katálysis. Florianópolis v.6 n.1, 2003, p. 113-117.

EMAJ, Serviço Social. **Ante-projeto : Serviço Social no EMAJ: Direitos Sociais e Acesso à Justiça.** Equipe de Serviço Social do Escritório Modelo de Assistência Jurídica. Departamento de Serviço Social- Departamento de Serviço Social/CSE, 2010.

EMAJ, **Serviço Social. Relatório semestral 2009/2 e 2010/1-serviço social – EMAJ.** Equipe de Serviço Social do Escritório Modelo de Assistência Jurídica. Departamento de Serviço Social- Departamento de Serviço Social/CSE, 2010.

EMAJ. **Relatório Semestral de estágio. EMAJ.** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

EMAJ. **Histórico do Escritório Modelo de Assistência Jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina.** Disponível em <<http://www.emaj.ufsc.br/paginas/historico>> Acesso em 2 de agosto de 2011.

FALEIROS, **Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social.** Editora Cortez, São Paulo, 1999.

FÁVERO, Eunice T. Instruções sociais de processos, sentenças, decisões. In: **Serviço Social e competências Profissionais.** Brasília CFESS/ABEPSS, 2009.

FÁVERO, Eunice T. **Serviço Social, direitos e prática profissional.** Serviço Social e Sociedade, nº 99, São Paulo, 2009.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **As implicações ético-políticas do processo de construção do estudo social.** In: Revista Em Foco: o Serviço Social e o Sistema Sócio jurídico, Rio de Janeiro: [s.n.], 2004.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **O Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na área jurídica:** In: CFESS (Org.). O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos. São Paulo: Cortez, 2005. p.9-51.

FAZENDA, Ivani C. **Integração e interdisciplinaridade no Ensino brasileiro- Efetividade e Ideologia.** São Paulo, Loyola, 1979. 170 p.

FURB. **Relatório de atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas. Centro de Ciências Jurídicas.** Universidade Regional de Blumenau _ FURB, 2011. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mssilva@furb.br> em 29 de março de 2012.

FURTADO, Rita de Cássia Faversani. **Serviço Social e direito no EMAJ da UFSC. A busca de uma prática pluralista.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Florianópolis: Departamento de Serviço Social/UFSC, 1994.

GUERRA, Yolanda (Org.). **Serviço Social: tema, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. P.65-76.**

IAMAMOTO, Marilda V. **“Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social”.** IN: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais.** Brasília: CEFESS/ABEPSS, caderno de textos da especialização. 2009. P. 341-375.

IAMAMOTO, Marilda V. **As dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. Editora Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica**. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina. Política social, família e juventude: uma questão de direitos. Rio de Janeiro: Cortez Editora. p.189-206.2006

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: [s.n.], 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e regulação social**. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais, módulo 1, Brasília, UnB, 1999.

intervenção social. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEWGOY, A.M.B & SILVEIRA, E.M.C. “A entrevista nos processos de trabalho do Assistente Social”. **Revista/textos e contextos**. Porto Alegre. V.6_ n2_ p.233-251. Jul/dez.2007.

MAIOR, Jennifer Pugsley Sotto. **Relatório Parcial I de estágio curricular obrigatório nº1- Departamento de Serviço Social**. UFSC, 2012.

MARCONSIN, Cleier. **Documentação em Serviço Social: debatendo a concepção burocrática e rotineira**. In: FORTI, Valéria, GUERRA, Yolanda (Orgs.). Serviço Social: tema, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 65-76.

MARQUES, M.T.C.; RAMALHO, M.P. **Os movimentos ecológicos e a interdisciplinaridade**. In: Serviço Social e interdisciplinaridade, São Paulo: Cortez, 1989, p. 59-75.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade** 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis**. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais, módulo 4, Brasília, UnB, 2000.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Perícia Social: proposta de um percurso operativo.** In: **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 67. p. 145-158, 2001.

MIOTO, Regina Célia Tamaso;MANGINI, Fernanda Nunes da Rosa. **A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho.** In: **Revista Katálisis.** Florianópolis, v. 12 n. 2 p. 207-215 jul./dez. 2009.

MONTANÕ, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de**

MORIN, Edgar. **A cabeça Bem Feita.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NICOLESCU, Bararab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade.** São Paulo: TRION,1999.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. **O estágio supervisionado na formação do Assistente Social: desvendando significados.** In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n 80, 2004.

PASTORIN1, Alejandra. **A categoria questão social em debate.** São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Potyara A.P. **A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais.** In: Programa de capacitação continuada para assistentes sociais, módulo 01,Brasília, UnB, 1999.

PIZZOL, Alcebir Del; SILVA, Simone R. Medeiros. **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina.** In: **O Serviço Social no Poder Judiciário Catarinense: construindo indicativos,** 2001.

preventiva na construção da cidadania. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Florianópolis: Departamento de Serviço Social/UFSC, 1995.

RIFIOTIS, Theophilos. **Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a 'violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'.** In **Katálisis,** Florianópolis, v. 11, n. 2, p.225-236, jul./dez. 2008.

SÁ, J.L. Martins de. (Org). **Serviço Social e interdisciplinaridade. Dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão.** São Paulo: Cortez, 1989.

SAMPAIO, C. C. et al. **Interdisciplinaridade em questão: análise de uma política voltada para a mulher.** In: Serviço Social e interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 1989, p.77-95.

SAMPAIO, Claudio C.; RONI, Dalva; et alli. **A interdisciplinaridade em questão: análise de uma política de saúde voltada à mulher.** In: Serviço Social e interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. Editora Cortez, 4ª edição, 2002.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria e prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social.** Rio de Janeiro. Editora: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre Teoria, Práticas, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social.** Rio de Janeiro, Editora Limenjuris, 2010.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Rediseutando os Instrumentos e as Técnicas em Serviço Social.** In: Textos de Teoria e Prática de Serviço Social: Estágio Profissional em Serviço Social na UFPa. Belém: Ed. Amazônia/UFPa, 2005.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. **Repensando os instrumentais em Serviço Social.** In: Textos de teoria e prática de Serviço Social: estágio profissional em Serviço Social na UFPa. Belém/PA: UFPa, 2005.

SEVERINO, A. J. **Subsídios para uma reflexão sobre os novos caminhos da interdisciplinaridade.** Serviço Social e interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 1989.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional.** In: Emancipação, Ponta Grossa, 2008, p. 119-132. Disponível em <<http://www.uepg.br/emancipacao>>.

SOUZA, Aline Marisa de. **O serviço social no escritório modelo de assistência jurídica, EMAJ/UFSC: dificuldades, possibilidades e a relevância da sua intervenção neste espaço sócio-ocupacional.** Florianópolis, 2010. 131 f. TCC (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/>>. Acesso em: 16 de abril de 2012.

SPOSATI, Adaliza. **Globalização da economia e processos de exclusão social.** In: Programa de capacitação continuada para assistentes sociais, módulo 1, Brasília, UnB, 1999.

UFSC. **Projeto Serviço Social no EMAJ: direitos sociais e acesso à justiça.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

UNOCHAPECÓ. **Projeto Permanente de Extensão: Escritório Sócio Jurídico Serviço Sócio Assistencial.** Vice-reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão. Área de Ciências Humanas e Jurídicas. Diretoria de Extensão. Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2011. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <monicamf@unochapeco.edu.br> em: 09 de abril de 2012.

VALINKEVICIUS, Amanda Alessandra dos Santos. **Plano de estágio curricular obrigatório- Departamento de Serviço Social.** UFSC, 2011.

VALINKEVICIUS, Amanda Alessandra dos Santos. **Relatório Parcial I/ final de estágio curricular obrigatório- Departamento de Serviço Social.** UFSC, 2012.

VASCONCELOS, E. M. **Serviço Social e interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.54, 1997, p. 132-157.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Serviço Social e interdisciplinaridade: o exemplo de saúde mental.** In: Serviço Social e Sociedade: descentralização, cidadania, participação. 54, ano XVIII. Editora Cortez, 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 2.ed., São Paulo: